

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANO PRADO CORRÊA

**Da Apoteose à *Damnatio Memoriae*:
As virtudes e os vícios do Imperador Cláudio segundo
“A *Apocoloquintose* do Divino Claudio” de Sêneca (século I d.C.).**

**Curitiba
2011**

LUCIANO PRADO CORRÊA

Da Apoteose à *Damnatio Memoriae*:

As virtudes e os vícios do Imperador Cláudio segundo

“A *Apocoloquintose* do Divino Claudio” de Sêneca (século I d.C.).

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto

Linha de Pesquisa: Cultura e Poder

**Curitiba
2011**

Catálogo na publicação
Aline Brugnari Juvenâncio – CRB 9ª/1504
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Corrêa, Luciano Prado

Da Apoteose à Damnatio Memoriae: as virtudes e os vícios do Imperador Cláudio segundo “A Apocoloquintose do Divino Cláudio” de Sêneca (Século I d.C.) / Luciano Prado Corrêa. – Curitiba, 2011.

97 f.

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Cláudio, Imperador de Roma, 10 a.C.-54 d.C. 2. História antiga. 3. Imperadores romanos. 4. Direito divino dos reis. 5. Roma – Historiografia. I. Título.

CDD 930



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **Luciano Prado Correa**, intitulada: **Apoteose à *Damnatio Memoriae*: as virtudes e os vícios do Imperador Cláudio segundo “A Apocoloquintose do Divino Claudio” de Sêneca (século I d.C.)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, trinta de agosto de dois mil e onze.

Prof. Dr. Renan Friguetto
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcos Luís Ehrhardt (UNIOESTE)
1º Examinador

Profa. Dra. Marcela Lopes Guimarães (UFPR)
2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão ao Senhor Deus. Ele foi meu sol e escudo durante a graduação e ainda mais durante o mestrado. É Ele quem satisfaz os anseios do meu coração contempla e cumpre todos os meus sonhos. Ele me deu a vida e a oportunidade de chegar até aqui.

À minha esposa, Bárbara Raquel, por ser minha inspiração para seguir adiante e pela cumplicidade de propósitos sem precedentes.

Ao meu filho, Vinícius, por tornar a minha vida ainda mais feliz.

Aos meus pais e familiares por todas as palavras de incentivo.

À minha igreja, Batista Nacional no Cajuru e meu pastor, Marcos Antonio de Oliveira, pelas orações, paciência e respaldo durante esta etapa de minha vida.

Aos excelentes professores que conheci. Tive a honra de desfrutar do conhecimento e da amizade de verdadeiros mestres.

Aos professores Dennison de Oliveira e Marcella Lopes Guimarães que compuseram com meu orientador minha banca de qualificação. Suas ponderações foram extremamente pertinentes.

Ao professor Renan Frighetto pelas aulas que me fizeram descobrir o contentamento em estudar a antiguidade. Por toda orientação na confecção deste trabalho.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa aos cronistas e historiadores da antiguidade. Indivíduos que deixaram através de seus registros a oportunidade de ricas e interessantes pesquisas sobre o mundo clássico.

A senha de entrada é a paixão pela história, nada mais -porém é muito - e confundindo-se com essa paixão, igualmente a própria aceitação de uma mudança da problemática segundo as necessidades e as lógicas do momento.

Fernand Braudel

A palavra história é uma palavra antiqüíssima. Seguramente desde que surgiu, já há mais de dois milênios, nos lábios dos homens, ela mudou muito de conteúdo. Mesmo permanecendo pacificamente fiel a seu glorioso nome helênico, nossa história não será absolutamente, por isso, aquela que escrevia Hecateu de Mileto ¹; assim como a física de lord Kelvin ou Langevin ² não é a de Aristóteles.

Marc Bloch

A palavra inglesa politics tem uma amplitude semântica que difere bastante de seus sinônimos em outras línguas ocidentais. Por um lado, politics não se emprega normalmente na acepção de policy; por outro, contém mais implicações dos métodos, tanto informais quanto formais, como governo é conduzido e as decisões governamentais são tomadas, bom como da ideologia concomitante.

M. I. Finley

Se Roma existe é por seus homens e por seus hábitos ³.

Ênio

¹ Hecateu de Mileto (546 a.C. – 480 a.C.) foi historiador e geógrafo grego, nascido na cidade de Mileto, atual Grécia.

² Lord Kelvin, inglês e Paul Langevin, francês, eram físicos.

³ *Moribus antiquis res stat romana virisque.* Ênio poeta latino (240a.C. -169 a.C.)

RESUMO

O sistema política romano transitou de um governo aristocrático, a república, para um governo monárquico, o principado. Otávio inaugurou o principado e a dinastia julio-claudiana. Gradativamente foram estabelecidos princípios que visavam promover a legitimação da figura central, o *princeps*. Um dos mecanismos de fortalecimento imperial tinha cunho religioso, a divinização dos imperadores. O alvo de um imperador ao divinizar seu antecessor era tornar-se sucessor ou até filho de um deus. Cláudio foi imperador por quatorze anos e embora tenha feito um bom governo foi objeto de descrições depreciativas pela historiografia romana. Morreu envenenado e abriu caminho para que Nero se tornasse o novo imperador. Elevado por Nero à condição de *divus*, recebeu honrarias e discursos elogiosos em seu funeral. Posteriormente acabou sendo alvo de um tratado difamatório, a *Apokolokintosis* que visava satirizar a divinização do príncipe e colocá-lo na condição de uma abóbora. A *Apokolokintosis*, escrita pelo filósofo e professor de Nero, Sêneca, narra a viagem de Cláudio ao panteão para unir-se aos demais deuses. Num embate nos moldes de uma assembléia senatorial, Cláudio, após ser acusado de modo contundente, inclusive pelo divino Augusto, foi considerado indigno de ser um novo deus romano e finalmente condenado. Os festejos cívicos bem como a divinização foram ferramentas políticas utilizadas pelos imperadores. A discussão neste trabalho ultrapassa a linha do merecimento de Cláudio para tornar-se um deus e objetiva compreender as motivações que fizeram Sêneca optar por difamar o imperador falecido.

Palavras-chave: *Divinização. Apocoloquintose. Sêneca. Política. Cláudio.*

ABSTRACT

The Roman political system has changed from an aristocratic government, the republic, to a monarchical government the principality. Octavio launched the principality and the Julio-Claudian Dynasty. It was gradually established principles aimed at promoting the legitimization of the central figure, the princes. One of the techniques of strengthening imperial had a religious nature, the deification of the emperors. The target of an emperor to deify his predecessor was to become a successor or even the son of a god. Claudius was an emperor for fourteen years although having a good government he was derogative described by the roman history. He died of poisoning and paved the way for Nero to become the new emperor. Nero entitled him as a condition of divus congratulatory speeches and honors he received at his funeral. Later, he ended up being the target of defamatory agreement the Apokolokintosis which aimed to satirize the deification of the prince and put him in the condition of a pumpkin. The Apokolokintosis was written by the philosopher and teacher of Nero, Seneca he tells the journey of Claudius to the pantheon to join the other gods. In a discussion similar to a senator house assembly, Claudius, after being forceful accused, including by the heavenly Augustus, was considered unworthy to be a Roman god and he was finally sentenced. The civic celebrations as well as the deification were political tools used by the emperors. The discussion in this work is beyond the line of Claudius merit in becoming a god but it aims in understanding the motivations that Seneca had to defame the dead emperor.

Key-words: Deification, Apokolokintosis, Seneca, Politics, Claudius.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A CONSTRUÇÃO DE UM IMPÉRIO	23
1.1 O PRINCIPADO ROMANO.....	23
1.2 UM IMPÉRIO, DIVERSOS ESCRITORES.....	32
1.3 DIVINIZAÇÕES DOS PRÍNCIPES ROMANOS.....	34
2. UM JULGAMENTO NO PANTEÃO DOS DEUSES	43
2.1 ASPECTOS LITERÁRIOS DA <i>APOKOLOKINTOSIS</i>	43
2.2 ATORES.....	46
2.2.1 Tibério Cláudio Druso	47
2.2.2 Lucius Aneu Sêneca.....	55
2.2.3 Julia Agripina	62
2.3 OS OBJETIVOS DA <i>APOKOLOKINTOSIS</i>	64
3. SERIA CLÁUDIO UM DEUS?	73
3.1 CLÁUDIO E SUA PUNIÇÃO.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
APÊNDICE	84
FONTES HISTÓRICAS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO

Há uma fundamental interação entre o objeto de uma pesquisa, o recorte temporal e a dinâmica que inspira metodologicamente o historiador. As particularidades e a contingência de cada momento muitas vezes exigem que o pesquisador lance novos olhares sobre os mesmos acontecimentos e esta realidade amplia o campo de trabalho dos que se debruçam sobre o passado. O sistema de valores de cada historiador abre o caminho para a construção historiográfica de um recorte temporal e social específico. Menciono March Bloch (1941-42, pp. 32,33) e sua compreensão e defesa do estudo histórico como uma “ciência dos homens no tempo”⁴.

Assim ocorre com as diferentes formulações sobre o poder e suas práticas, entende-las abre a oportunidade para se tomar conhecimento sobre aspectos da estrutura cultural de cada sociedade. Esta problematização sobre poder, política e modos de governo são fundamentais para pensar o império romano, especialmente no primeiro século da era cristã.

Em minha monografia para conclusão da graduação em História intitulada “*O principado do imperador Cláudio segundo os relatos de Sêneca, Suetônio e Tácito (Século I d.C.)*”⁵, foi estimulante conhecer diferentes perspectivas sobre a vida do imperador Cláudio⁶. Nesta pesquisa foi possível perceber as convergências e divergências em torno da construção histórica sobre este imperador e também sobre a dinastia Julio-claudia, que inaugurou o principado romano. Conforme declara o francês Fernand Braudel⁷ “o mergulho pessoal na pesquisa histórica é apaixonante”

⁴ In: RUGGIERO Romano (Org). **História e Memória**. Enciclopédia Einaud Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1ª edição, 1984. Volume 1.

⁵ Monografia à disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica, como requisito parcial à conclusão do Curso de História, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007. Orientador: Prof.º Dr. Renan Frighetto

⁶ Tibério Claudio Druso, da dinastia Julio-claudiana, foi imperador de Roma por quatorze anos entre 40 d.C – 54 d.C.

⁷ Fernand Braudel, historiador francês e um dos idealizadores da Escola dos Annales que visava apresentar uma nova perspectiva para a historiografia tradicional. Foi colaborador na formação da Universidade de São Paulo. Foi prisioneiro em um campo de concentração nazista e autor de sua principal obra foi *O Mediterrâneo e mundo mediterrânico na época de Felipe II*.

e em conseqüência a isto um exercício sempre acompanhado de novos desdobramentos.

Particularidades históricas contidas nas práticas dos romanos, incluindo seus rituais cívicos e religiosos, abrem o leque para o conhecimento de um determinado recorte histórico vivenciado por esta civilização. Partindo desta premissa, juntando a vida do imperador sobre a qual me debrucei na monografia e o desejo de conhecer mais sobre seu tempo me deparei com o rito de divinização dos imperadores.

O imperador Cláudio, a exemplo de outros príncipes romanos, foi contemplado com a divinização. Num segundo momento sua *consecratio* foi banalizada através do tratado fúnebre *Apocoloquintose do Divino Cláudio* escrito pelo filósofo e burocrata da corte romana Sêneca.

A partir da leitura de diferentes fontes há que se compreender que a divinização dos imperadores, ao longo de todo o período imperial romano, abre novas opções para discussão sobre este ritual que se tornou mais uma das formas de legitimação de poder do governo dos césaes.

A história centenária de Roma foi descrita por diversos cronistas e um conjunto de tradições. Segundo rezam as formulações literárias os irmãos Rômulo e Remo seriam os fundadores de Roma e sua inauguração teria acontecido aproximadamente no ano 753 a. C.. Em sua gênese a cidade de Roma foi dirigida por um sistema de governo monárquico, pautado em sucessões confusas e imbricada com a religiosidade do período. Tito Lívio em sua obra intitulada *História de Roma*⁸ escreveu sobre esta fundação e a incorporação de elementos míticos na mesma:

Amúlio destronou o irmão, tornou-se rei e acrescentando um crime a outro, assassinou os filhos varões de seu irmão. Quanto a filha, Reia Sívia, sob o pretexto de conferir-lhe uma honraria, escolheu-a como vestal, tirando-lhe a esperança de ser mãe pelo voto de virgindade... Mas o destino exigia, creio eu, a fundação desta grande cidade e a criação do maior império do mundo abaixo do poder dos deuses. Vítima de violação, a vestal deu à luz dois gêmeos e, fosse por boa fé, fosse para enobrecer sua falta, atribuindo-a a um deus, responsabilizou Marte como o autor daquela paternidade suspeita. Depois de terem devolvido a Numitor o reino de Alba, Rômulo e Remo conceberam a ideia de fundar uma cidade no local onde haviam sido expostos e criados...⁹

⁸ Tito Lívio escritor de *História de Roma*, século I d.C. trabalhou na corte de Otávio e foi preceptor de Cláudio que no futuro seria o imperador de Roma.

⁹ LÍVIO, Tito. **História de Roma – ab urbe condita libri**. São Paulo, Paumape, 1989.

A partir do século sexto antes da era cristã Roma tornou-se uma república, governada por magistraturas, responsáveis pelo executivo¹⁰. Os magistrados ordinários eram os questores, os cônsules, os pretores e os edis¹¹ eleitos conforme legislação vigente. Havia também os magistrados extraordinários como ditador ou mestre de cavalaria que eram conduzidos a função pelo senado apenas em situações pontuais e que envolvessem a segurança da cidade. Existiam instâncias como as assembléias do povo e o senado que administrava a gestão financeira e provincial, presidido por um cônsul.

Relevantes alterações começaram a se processar em Roma a partir das Guerras Púnicas¹². Num total de duas, estas foram lutas entre cartagineses e romanos pela hegemonia do comércio no mar Mediterrâneo. A primeira guerra ocorreu entre 264 a.C.-241 a.C. e Roma objetivava impedir que Cartago assumisse o estreito entre a Península Itálica e Sicília, um espaço estratégico para conquistas territoriais. Esta guerra foi vencida pelos romanos através de batalhas navais. A segunda guerra ocorrida entre 218 a.C. - 201 a.C. foi fruto da impossibilidade de conciliação entre os interesses expansionistas de romanos e cartagineses e terminou após batalhas na própria cidade de Cartago e sua queda em 146 a.C. Esta conquista foi um marco para a supremacia romana no norte da África e para o início de um modelo de pacificação pautado em anexações territoriais e com a capacidade de conviver com diferenças e cooptação de adversários, também chamada de romanização.

Após as Guerras Púnicas Roma consolidou seu domínio sobre a Itália e iniciou um processo de expansão através do Mediterrâneo. Afirma Finley: “Roma foi singular de um modo diferente porque era um implacável Estado de conquistas desde o começo de sua história documentada”¹³. Ainda sobre aspectos importantes

¹⁰ Para entender melhor as magistraturas vide HERVÁS, José M. Roldán. **La República Romana**. In: História de Roma I. 4ª edição. Cátedra, Historia. Serie Mayor.

¹¹ Questor: primeiro escalão do *cursus honorum* ou carreira política romana. Era o encarregado da gestão das finanças, proteção do arquivo oficial e do templo de Saturno. Cônsules: Do latim *Consule*. Magistrados supremos na república romana. Pretores: Do latim *praetore*. Magistrados romanos distribuidores da justiça. Edis: palavra de origem latina *aedile*. Antigos magistrados romanos que se incumbiam da inspeção e conservação dos edifícios públicos.

¹² Para melhor compreensão das Guerras Púnicas, vide anexo 1

¹³ FINLEY, Moses. **A política no mundo antigo**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985. p. 80

desta romanização observamos que, em linhas gerais, a aliança com o império romano significava o recebimento de forças militares auxiliares, a admissão da autoridade política de Roma e sua forma hegemônica de conduzir os processos, e permitia certa integração com o estado romano. Os subjugados eram massacrados ou escravizados e suas terras eram tomadas e divididas entre os romanos e seus aliados. Logo, por meio de suas conquistas, formação de uma mão-de-obra escrava e agregações territoriais, Roma deixou um legado de construções diversas, pontes, aquedutos, prédios, além de estradas que facilitavam a comunicação e acesso entre a capital e as províncias.

A idealização dos conceitos que definem o que é poder é inegavelmente dinâmica em qualquer período histórico e em qualquer grupo social ou nação. É um tema atual e de importantes significados e desdobramentos históricos necessitando sempre de novos olhares pelos pesquisadores. Abarcados por diferentes contextos, mudam os atores detentores de poder, bem como nascem novas concepções para o mesmo. As instituições que governam cada sociedade, sob orientações teóricas que as justifiquem, interpretem e fortaleçam, vão sendo intercaladas em cada etapa da história mundial.

A história de Roma e suas transformações, a constituição e consolidação do principado, e o exercício de governo da dinastia julio-claudiana estão alicerçadas no binômio cultura e poder. Política, filosofia, militarismo, religião e modelos familiares se constituíram em peças-chaves numa estrutura social em mutação e expansão no século I d. C.

Neste trabalho houve, portanto a preocupação em compreender a instauração do Principado. Sistema de governo que sucedeu a República em Roma. Esta mutação aconteceu em sintonia total com o fortalecimento institucional da figura do *princeps*, termo civil que significava “o primeiro cidadão” ou como ficou mais conhecido, o imperador, bem como a ampliação territorial e política de Roma em relação a seus contemporâneos neste recorte histórico.

Etimologicamente, o termo latino *Res publica* significa “aquilo que é público”, que pertence e é fruto de deliberações para o bem comum de uma sociedade. Cícero, senador, cônsul e homem dotado de excepcionais capacidades oratórias e filosóficas no contexto republicano romano defendia este modelo de governo: “Em

suma, não há felicidade sem uma boa constituição política; não há paz, não há felicidade possível sem uma sábia e bem organizada República”¹⁴. O pensamento de Marco Túlio Cícero, que viveu entre os anos 106 a.C a 43 a.C., portanto anterior a instauração do principado, vem imbricado a temores de um poder sob apenas um mandatário, sem contrariedades ou limites institucionais.

A república romana foi mostrando-se ineficaz para os limites territoriais que foram sendo construídos e os generais cada vez mais personalistas em sua autoridade, entre eles Sila, Pompeu e o próprio Julio César. Afirma o professor Renan Frighetto¹⁵ que o fortalecimento de um poder pessoal foi fruto do esgotamento das instituições políticas republicanas, mais adequadas à realidade cidadina e não à vastidão territorial alcançada por Roma através de seus comandantes militares.

A ampliação territorial reuniu sob o poder romano uma considerável mistura de culturas e costumes, inclusive gregos, com sua história e práticas religiosas. Erhardt explica: “Roma, em sua eficaz política de anexação, iniciada com a república e incrementada durante o período imperial, apodera-se, portanto, de uma sociedade helenizada”¹⁶. A experiência republicana em Roma foi ganhando novos contornos gradativamente e esta mudança foi fruto, além do que já foi dito, de uma série de fatores políticos, religiosos e econômicos.

Assim, quando tudo abalava o Estado republicano e seu arcabouço religioso era apenas uma aparência, seus mais perigosos adversários surgiam junto às multidões, prontas a crer em todos os milagres, como objeto de favores sobrenaturais, que serviam as causas de seus êxitos. E, desta forma, a evolução religiosa somava-se às outras para arruinar o regime.¹⁷

Ao desgaste republicano é possível considerar a inserção da busca pelo poder por alguns ícones políticos e militares em Roma. Conforme explica Moses¹⁸,

¹⁴ CÍCERO, Marco Túlio. **De Re Publica**. Livro V. Editora Escala, São Paulo,

¹⁵ FRIGHETTO, Renan. **Algumas considerações sobre o poder político na Antiguidade Clássica e na Antiguidade Tardia**. Buenos Aires, 2004. p.

¹⁶ EHRHARDT, M. **Vir Virtutis: A construção do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Sêneca**. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2001. P. 50

¹⁷ AYMARD, André e AUBOYER, Jeannine. **Roma e seu império**. In História Geral das Civilizações. Tomo II, Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1974.p. 206

¹⁸ FINLEY, Moses. **A política no mundo antigo**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985. P. 76, 87.

mudança é temática fundamental para o estudo da história política e presença de comandantes políticos, sob orientação militar e que não aceitavam sujeição ao controle popular foi decisiva na destruição da república.

Chamando para si a possibilidade de um comando pessoal, Julio César e posteriormente Otávio (27 a.C. – 14 d.C.) acabaram por permitir aos romanos o vislumbrar de um novo modelo de governo, o principado.¹⁹ Os símbolos republicanos compunham o discurso que acabou por embasar a mudança política. Otávio escreveu em seu testamento, o tratado político *Res Gestae Divi Augusti*²⁰, ter constituído um exército para devolver a liberdade à república e sob seu comando houve a implantação da política de pacificação no império, com conquistas territoriais, formação de uma mão-de-obra escrava e enriquecimento através dos despojos de guerra.

A los diecinueve años de edad alcé, por decisión personal y a mis expensas, un ejército que me permitió devolver la libertad a la República, oprimida por el dominio de una bandera... En cuanto a los pueblos extranjeros, preferí conservar que no destruir a quienes podían ser perdonados sin peligro [para Roma]... Los pueblos panonios que, antes de mi Principado, no habían visto en sus tierras a ningún ejército romano, fueron vencidos... Y, después, uno de mis ejércitos, llevado al otro lado del Danubio, obligó a los pueblos dacios a acatar la voluntad del pueblo romano²¹.

O primeiro imperador romano, Otávio, acabou tornando-se o símbolo maior deste modelo político e exemplo de príncipe ideal para muitos historiadores romanos. Governou por mais de quarenta anos, e conforme declara Suetônio aceitou o sobrenome *Augustus*, que genericamente significa “alguém que está acima de todos os homens”. “De acordo com várias opiniões deveria chamar-se Rômulo, como se fosse também um dos fundadores da cidade. Todavia, prevaleceu o nome de Augusto porque além de ser um sobrenome novo também era deveras

¹⁹ Suetônio afirma que uma das ações de Otávio para conseguir o respaldo político para sua administração acabou atendendo interesses do corpo senatorial. “Augusto fez voltar o corpo senatorial ao seu antigo número, que perfazia a soma de trezentos, e ao seu esplendor antigo”

²⁰ *Res Gestae Divi Augusti*, o testamento de Otávio mandado colocar por Tibério, seu herdeiro e sucessor, em placas de mármore no templo dedicado ao culto imperial.

²¹ AUGUSTO. *Res Gestae (Hechos del divino Augusto)*. William Stearns Davis, ed., *Readings in Ancient History: Illustrative Extracts from the Sources*, 2 Vols. (Boston: Allyn and Bacon, 1912-13), Vol. II: *Rome and the West*, pp. 166-172.

considerável”²². A alguém que se imprime tamanha honraria certamente também se passaria a autoridade total para administrar os negócios do Estado em todas as suas circunscrições.

A característica principal do novo modelo de governo, o Principado, estava na sujeição da totalidade do mundo romano, tanto as províncias quanto as instituições, a um único mandatário, neste caso o Príncipe. Pautado em guerras e alianças internas foi empreendido sem reservas o processo que conduziu Roma à transformação do poder oligárquico, onde um pequeno grupo aristocrático comanda, para um modelo monárquico, as instituições republicanas são mantidas, mas sob novas perspectivas que visavam forjar o poder centralizador do *princeps*.

Na república, onde os órgãos que dirigiam a vida política romana eram as magistraturas, cargos anuais com mais de um ocupante, a divisão do poder entre duas pessoas, os cônsules, visava impedir qualquer tipo de centralização na direção civil e militar de Roma. Havia também o corpo senatorial ou “conselho dos idosos”, responsável, junto das assembleias do povo, pela eleição dos cônsules. Estas instituições foram, gradativamente, sendo destituídas em suas alçadas deliberativas e transformadas em instâncias mais voltadas para os debates e a retórica, dependendo principalmente do rumo de governo de cada imperador. O novo cenário político formado instituía órgãos de administração e burocráticos submissos ao *princeps*, que contava com o apoio de cidadãos da aristocracia, pessoas diretamente interessadas em não perder seus privilégios e condição social.

No governo dos príncipes romanos, em todas as dinastias, havia a necessidade de elementos legitimadores para a manutenção deste governante. Mantinham-se dentro de um mecanismo que exigia, para afirmação de sua posição e alçada, o fortalecimento do poder dos militares, também uma busca de convergências na complexa relação do príncipe com o senado, sempre com o objetivo de permanecer no comando do império, quando um destes braços de sustentação, político, militar ou ainda financeiro, lhe faltava, a derrocada do governo se tornava iminente.

Neste tenso jogo político podemos observamos que Otávio, por exemplo, de modo estratégico, restituiu o número de senadores na cúria²³, criou a guarda

²² SUETÔNIO. **Augustus**. In: Vida de los Doce Césares. Editorial Gredos, Madri, 1992.

pretoriana, cujo objetivo central era proteger o monarca ²⁴, preocupou-se em restituir antigos templos, construir novos ²⁵ e restabelecer rituais primitivos. Cláudio pagou quinze mil sestércios a cada soldado para obter a fidelidade das legiões ²⁶; Nerva, antecessor de Trajano, adotou uma política de estabilidade e aceitação tanto entre as legiões quanto no senado ²⁷; Calígula por sua vez, primariamente assumiu o poder sob os auspícios das legiões, pois desde a infância esteve nos acampamentos legionários, afirma Suetônio: “A propósito de seu sobrenome de Calígula, ocorreu através de uma brincadeira nos acampamentos onde se educava entre os soldados com o uniforme de um simples manipulário. Esta educação militar lhe valeu, em alto grau, o amor e a consideração dos soldados” ²⁸. O *princeps* Calígula conseguiu ao longo de seu governo perder o apoio tanto das tropas quanto da elite senatorial.

Há uma aplicação simbólica às práticas que visavam valorizar, honrar e tornar conhecida a figura do imperador e também, através de sua imagem exposta em esculturas ou moedas, e tentar passar a conotação de uma onipresença do governante em todas as fronteiras do império. Este empenho em acentuar o poder imperial acabava por compor um conjunto de prerrogativas que proporcionava aos príncipes a liberdade para cometer, aquilo que Gonzalo Bravo denomina de “abusos e excentricidades” ²⁹.

²³ Augusto fez voltar o corpo senatorial ao seu antigo número, que perfazia a soma de trezentos, e ao seu esplendor antigo através de duas eleições. In: SUETÔNIO. **Augustus**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992.

²⁴ SUETÔNIO. **Augustus**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992.

²⁵ Suetônio afirma que Augusto, apoiado financeiramente por cidadãos romanos, construiu o templo de Apolo, de Júpiter, de Hércules, das Musas, de Diana e de Saturno, além disto, aumentou o número e a dignidade dos sacerdotes e reconstruiu edifícios sagrados. SUETÔNIO. **Augustus**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992.

²⁶ “Desta forma, ele foi o primeiro dos Césares a comprar, a preço de ouro, a fidelidade dos soldados”. In: SUETÔNIO. **Claudius**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992.

²⁷ “Escolheu um determinado número de soldados, de forma que uns foram para montarem guarda à cidade, outros para sua guarda pessoal”. SUETÔNIO. **Augustus**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992.

²⁸ SUETÔNIO. **Calígula**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992.

²⁹ BRAVO, Gonzalo. **Historia del mundo antiguo. Una introducción crítica**. Alianza Editorial. P. 502.

Uma das ferramentas de fortalecimento da figura imperial era a valorização de um antecessor e pai político do atual imperador. A divinização dos Césares mortos se tornou uma forma de alicerçar o poder do modelo de governo e político vigente no Principado, uma espécie de estruturação política. As construções políticas foram se solidificando ao longo do principado, Marcos Ehrhardt afirma que “o culto imperial, no início do principado deve ser visto com cautela”³⁰, todavia, a *posteriori* viu-se que ser sucessor de um deus sempre era interessante para legitimar uma posição de governo e poder.

A proposta que se apresenta nesta pesquisa é, a partir do contexto que cercava a concessão e os festejos da apoteose, compreender o uso político desta cerimônia religiosa. Observando o caso específico de Claudio interpretar as virtudes e vícios em um príncipe romano a ponto de fazê-lo alcançar a condição de *divus* e integrante do panteão dos deuses.

Não se pretende nesta pesquisa criticar o uso político da religiosidade entre os romanos, principalmente por haver um contexto cultural próprio dentro do recorte temporal trabalhado. Na Roma imperial havia a necessidade imperativa de prover mecanismos de comunicação com a sociedade e a religião compunha este conjunto de ferramentas.

O diálogo com as fontes e seus autores nos remete a outra opção conceitual, afinal o que faria de alguém um bom imperador não seriam suas boas atitudes como governante, mas a quantidade de interesses e a qual grupo o mesmo atendesse ou da influência dos que rodeavam o César.

Não seria possível buscar compreender uma das festividades de Roma sem uma acurada crítica e um diálogo exaustivo com as fontes. A principal fonte para esta pesquisa foi a *Apocoloquintose do Divino Claudio*, um tratado fúnebre e difamatório escrito por Sêneca³¹, filósofo, integrante do corpo senatorial, ocupante de diversos cargos na corte, exilado e reintegrado à corte durante o governo de Cláudio e preceptor de Nero. A crítica a esta obra visou compreender motivações institucionais e pessoais para uma construção jocosa e difamatória sobre a memória de um imperador.

³⁰ EHRHARDT, M. **Vir Virtutis: A construção do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Sêneca**. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2001. P. 51

³¹ SÊNECA, Lucius. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992.

Outra fonte relevante foi *As Vidas dos Doze Césares* escrita por Suetônio³², que narra, na perspectiva de seu autor, a trajetória dos doze primeiros príncipes da Roma imperial. Caio Suetônio foi advogado, integrante do ambiente senatorial e conforme afirma Ettore Paratore³³ inserido no “campo das letras” através de Plínio, o Jovem. Um aristocrata que exerceu cargos de relevância pública e de significativa proximidade a dois imperadores, Trajano e posteriormente Adriano. Suetônio carregou fortemente a tinta sobre as virtudes e os vícios de cada imperador descrito, usando de forma hábil os adjetivos que julgava necessário para mostrar aspectos íntimos e humanos de seus personagens, uma espécie de linguagem novelística e cativante. Ettore Paratore define o estilo de Suetônio como “compilatório e sucinto”³⁴, ou seja, uma forma própria dos gramáticos para compor biografias. Há que salientar também que Suetônio não se preocupa em ser rigoroso com a seqüência cronológica de suas descrições, tampouco se dedica a conhecer a fundo suas fontes informativas. O método utilizado por Suetônio é típico dos biógrafos da antiguidade, assim, o quadro estabelecido por ele é pautado na contraposição entre vício e virtude. Passa a idéia de uma ruptura na postura dos príncipes, onde até uma etapa da vida tinham um proceder ou caráter e a partir de um fato ou momento histórico são transformados completamente.

Descreve, resumidamente, assuntos que poderiam ter importância dentro do contexto burocrático e administrativo do império. Mesmo tendo um acesso privilegiado aos arquivos senatoriais por sua condição de secretário do imperador, Suetônio, em algumas oportunidades, utiliza-se de termos como “ouvi falar”, ou seja, não deixa claro de onde tirou suas informações.

Além das fontes já mencionadas houve a necessidade de utilização de outras obras primárias para apoio como, *Res Gestae del divino Augusto*, de Otávio Augusto; *As vidas dos homens ilustres*, de Plutarco; *Consolação a Políbio*, de Sêneca; os *Anales*, de Tácito, e algumas apenas para leitura contextual. O desafio deste pesquisador foi promover questionamentos sobre as diferentes obras e buscar promover um diálogo entre as mesmas para tentar atingir as conclusões que

³² SUETONIO, *Vida de los Doce Césares*, Editorial Gredos, Madri, 1992

³³ PARATORE, Ettore. *A história da literatura latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. Suetônio. P. 771.

³⁴ PARATORE, Ettore. *A história da literatura latina*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. Suetônio. P. 772 e 773

propusera a buscar. Cabe aqui a seguinte afirmação de Henri Marrou “O historiador deve conseguir lançar sobre o passado esse olhar racional que compreende, capta e explica”³⁵. O desafio para os historiadores é escrever a história com o devido distanciamento de posições pessoais ou outros interesses.

As fontes sobre a vida dos primeiros imperadores romanos distam de nós aproximadamente vinte séculos. Trazer à baila este passado requer, além dos embasamentos teóricos e metodológicos, a análise contextual e biográfica daqueles que as escreveram. Nosso olhar deve buscar desvendar e reconhecer a falibilidade dos registros que nos chegaram. Ginzburg³⁶ defende que os discursos históricos são incompletos e que as descrições históricas do mundo são abstratas e, em certa medida, imprecisas, por isto são constantemente objetos de uma reescrita pelos historiadores.

Os métodos para a escrita da história estão, portanto, sujeitos a uma variedade de filtros individuais de cada autor. Vida pregressa, família, posição política, condição social e intelectual, ideologia, enfim muitas particularidades afetam o discurso do historiador. O método é o caminho que cada escritor escolhe, mediante seus objetivos, para a execução de sua obra e os leitores que almeja atingir.

Quando observamos os autores da antiguidade e o que escreveram sobre os imperadores percebemos a idealização da imagem que cada um destes fazia sobre os governantes. Para Keith Jenkins a história constitui-se a partir de uma série de “discursos sobre o mundo”³⁷. A história, como uma construção, é um modelo interpretativo, pautado na análise das fontes e na credibilidade das mesmas. Corroborando com a idéia de construções historiográficas, a historiadora Coraly Gará Caetano afirma que “não há uma única história”³⁸, isto nos proporciona compreender que não há apenas uma forma de compreender e escrever a história, mas diversas.

³⁵ MARROU, Henri-Irenée. **História da Educação na Antiguidade**. São Paulo: EPU, 1990.

³⁶ GINZBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha. Quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

³⁷ JENKINS, K. “O que é a história”. In: _____ **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2004

³⁸ CAETANO, Coracy. A história como ciência humana. In: _____ **Introdução às ciências sociais**. Campinas: Papirus, 1987.

Em todas as construções históricas há interesses e filtros que compõem o quadro final de transformação do falecido imperador em um divo e imortal, enfim justificativas para a divinização de cada um deles. Indivíduos que, aparentemente, começavam bem seus governos, mas com o exacerbado poder nas mãos acabavam ultrapassando todas as referências de limites e perdiam os valores esperados em um *príncipe*.

Conforme explica Maria Giua³⁹, o modo como aconteciam os registros visava controlar o público para manutenção do regime de governo vigente, ou seja, o principado. Escreviam sob filtros e vínculos que cada um possuía ou gostariam de possuir junto às esferas de dominantes existentes.

A historiografia sobre os imperadores foi construída sobre os diferentes interesses dos que a produziram, as obras de Suetônio, Plínio, Tácito, Plutarco, Tito Lívio, Sêneca e outros historiadores nos apresentam elementos que esclarecem as diferentes perspectivas que inspiravam cada um em suas descrições da vida e governo de cada imperador.

O escritor dos *Anales*⁴⁰, Cornélio Tácito, é um exemplo de autor que fez registros que acabavam por exercer influência sobre seus leitores. Não omite opiniões pessoais e apresenta alguns adjetivos sobre seus personagens, o que sempre vai representar a imposição de valores sobre o personagem retratado. Tácito, um jurista capacitado e destacado por sua oratória. Na burocracia imperial exerceu as funções que compunham a magistratura, foi questor, pretor, e também senador. Chegou a ser cônsul e procônsul na província da Ásia entre os anos 112 e 114 d.C. A escritora Maria Giua afirma que os textos de Tácito “compõem um sistema complexo de circulação, informação e opinião”⁴¹, portanto quando escrevia, emitia suas percepções, reconhecendo sua influência sobre os que viviam no entorno do poder devido a sua posição de proximidade ao imperador.

³⁹ GIUA, Maria Antonietta. **Storiografia, informazione política, costruzione della memória. Il caso del processo pisoniano (20 d.C.)**. In: _____ Revista *Semanas de Estudios Romanos*, volume XII. Instituto de história da Universidad Católica de Valparaíso, 2004. P. 149.

⁴⁰ TÁCITO, Cornélio. **Anales**. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992.

⁴¹ GIUA, M. A. Storiografia, informazione política, costruzione della memória. Il caso del processo pisoniano (20 d. C.). In: _____ **Semanas de Estudios Romanos, vol. XII**. Valparaíso: PUC, 2004. P. 143.

Sua obra revela características de um escritor que, embora cívico e aplicado às idealizações morais, era pouco interessado em narrar acontecimentos bélicos, pequenas mesquinhas e de cunho expansionista, dedica sua atenção a questões relacionadas à vida na capital do império.

Tácito possuía características de alguém que acredita firmemente na superioridade romana frente a outros povos. Sua postura no que se refere às camadas populares, escravos e libertos é pautada num discurso depreciativo. Sua especial dedicação é com os povos oriundos das províncias que foram integrados ao senado romano.

Outro autor relevante dentro do recorte temporal proposto é Plínio, o Jovem. Um intelectual que compunha o corpo senatorial e se adaptou ao contexto político em que vivia para estar postado em cargos elevados no império. Foi um aristocrata que exerceu, através de sua amizade, influência na corte do imperador Trajano. Através da troca de correspondências entre ele, enquanto governador de província, e Trajano, torna-se possível compreender a construção de uma imagem positiva e idealista em relação a este soberano, que chegou a ser tratado de modo reverente por Plínio como *Optimus Princeps*⁴². Esta deferência dignifica o imperador de modo a fazê-lo uma referência como governante.

Saliento que a distância cronológica entre o fato e a narrativa permitiu a Suetônio, Plínio e Tácito, uma relativa liberdade para a utilização de uma abordagem crítica e moralista sobre acontecimentos que envolviam cada um dos imperadores da dinastia júlio-claudiana. Os três autores mencionados escreveram suas obras já no início do século II d.C. e seus registros não seriam ofensivos a alguém que estivesse vivo. A contraposição a este distanciamento cronológico é a maneira como Sêneca fez suas descrições, ele foi contemporâneo ao imperador Cláudio e isto foi determinante em sua postura como autor. Sêneca foi incisivo em seus ataques a Cláudio depois que este morrera, mas em vida o imperador, na *Carta Consolatória a Políbio*, foi objeto de menções honrosas, algumas vezes bajuladoras e, talvez, fingidas: “Que ele possa igualar-se ao divino Augusto nos atos e ultrapassá-lo nos

⁴² Para compreender a idealização de Trajano como *Optimus Princeps* vide: STADLER, Thiago David. **Amizade e virtudes na construção de uma imagem ideal, encontradas no epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e o Imperador Trajano (98 d.C.-117 d.C)**. Monografia para Conclusão do Curso de graduação em História. Curitiba, UFPR, 2007.

anos!”⁴³. Esta adjetivação positiva a Cláudio tem como pano de fundo o interesse de Sêneca em ser liberado de seu exílio.

Percebemos que a proximidade ou distância do poder parece inspirar o trabalho de cada autor quer bajulando ou desferindo críticas ao governante. No jogo político os escritores lutavam pela defesa de seus interesses e a possibilidade de vê-los cumpridos na ação do imperador que lhe é contemporâneo ou apenas pelo simples temor de sofrer algum tipo de represália.

O estudo destas importantes obras históricas apresenta-se como relevante e com um campo de opções para um futuro aprofundamento na pesquisa sobre a manifestação cultural e de cunho político adotado para a divinização dos imperadores romanos, a *consecratio*.

Desta forma, os rituais e as festas também se transformaram em assuntos cujo interesse tem se mostrado extremamente profícuo para os estudos históricos. A partir da percepção de que num momento festivo ou ritualístico se definem várias formas de interação e de relacionamento social, criando-se hierarquias e estruturando-se formas de poder, as festividades passaram a ser vistas como objetos históricos por excelência⁴⁴.

A partir desta visão contextual, observamos que, no mundo romano, é possível reconhecer nas festas e nos rituais objetos de pesquisa histórica que vão além dos registros escritos. A análise deste mecanismo social sugere que este era uma das formas encontradas para fomentar o exercício de uma esfera de poder e legitimá-lo através do fortalecimento de uma imagem institucional do *príncipeps*. Entre diversos rituais que poderiam ser pesquisados a divinização foi a escolhida para esta dissertação.

⁴³ SÊNECA. **Consolação a Políbio**. Tradução Cleonice F. M. Van Raij. Campinas: Editora Pontes, 1992. XII, 5

⁴⁴ GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **As festas romanas**. Revista de Estudos do Norte Goiano Vol. 1, nº 1, ano 2008. P. 26.

1. A CONSTRUÇÃO DE UM IMPÉRIO

1.1 O PRINCIPADO ROMANO

Antes de compreender a promulgação de uma divinização em Roma é preciso ter uma visão mais abrangente sobre o processo de formatação de governo e poder neste recorte histórico. A história de Roma é imbricada com a política, transformações no sistema de governo e também com a ampliação das fronteiras territoriais. Finley afirma que as mudanças compõem o tema principal de uma história política ⁴⁵ e de fato as permanências não se constituem em objetos relevantes para a historiografia. Uma mudança fundamental para compreendermos Roma foi o processo de transformação da república em principado, migrando do domínio de uma aristocracia senatorial para um único mandatário, o imperador. O novo comandante de Roma e seu vasto território tinha em suas deliberações o poder da lei embora fosse necessário reconhecer o papel do senado, Erhardt explica: “Os imperadores reconheciam a força do senado romano, pois este manteve em suas mãos decisões de extrema importância acerca da política e da administração imperial” ⁴⁶.

Para entender o principado precisamos discorrer sobre elementos que o compõem como política, poder, vícios, virtudes, religião, rituais e imagem. Cada um deles dentro deste recorte histórico revela particularidades que fomentaram o governo dos césaes.

A palavra “poder” sofre variações a cada recorte histórico em que é abarcada. Explica Frighetto: “Filologicamente vincula-se diretamente com o termo grego *Arché* e com o latino *Potestas* tendo uma tradução demasiado ampla e genérica, pois o “poder” pode ser encontrado em qualquer âmbito – militar, político, jurídico, social, ideológico, econômico, cultural ou religioso” ⁴⁷. A amplitude do termo poder e suas

⁴⁵ FINLEY, Moses. **A política no mundo antigo**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.

⁴⁶ EHRHARDT, M. **Vir Virtutis: A construção do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Sêneca**. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2001. P. 60.

⁴⁷ FRIGHETTO, Renan. **Algumas considerações sobre o poder político na Antiguidade Clássica e na Antiguidade Tardia**. Buenos Aires, 2004. P. 37.

diferentes aplicações nos possibilitam um aprofundamento no estudo sobre as práticas próprias do Principado. As mudanças na condição social romana permitiram o início de um novo modo de governo, pautado essencialmente na construção de um domínio do império personalista e centralizado na figura do *princeps*.

A biografia de cada imperador da dinastia Julio-claudiana nos revela a contribuição de cada um destes Césares, nem sempre proposital, para a consolidação do novo modelo de governo para os romanos. Inseridas neste conjunto de ações de cada um estão as virtudes e os vícios, uma dicotomia de práticas reais ou meras descrições de cada biógrafo.

Conceituamos como vícios todos os maus procedimentos encontrados nos imperadores, como violência, corrupção financeira, injustiça, além de posturas tendenciosas e desmedidas. Evidentemente há que se distanciar das idealizações pessoais, contemporâneas ou de teor moralizante, bem como se evite minimamente qualquer anacronismo. Sobre esta tendência nos autores romanos Claude Nicolet defende que alguns dos grandes autores romanos, inclusive, Suetônio e Tácito, são autores de tendência moralizadora e esta tradição aproxima o conteúdo de suas descrições: “o civismo, mesmo negativo, está presente quer em Tácito, quer em Suetônio”⁴⁸

São consideradas virtudes todas as práticas dos imperadores que minimamente oportunizam coisas boas para o império. As virtudes são ações reconhecidas por súditos como dignas de serem seguidas e imitadas. Deliberações do imperador que merecem ser propagadas.

Afirma Frighetto: “Do ponto-de-vista teórico observamos que toda a construção relativa ao poder no mundo romano republicano e imperial baseava-se numa série de *uirtutes* e conceitos que remetiam à consolidação do *poder ancestral* mantido e reconhecido através das instituições políticas mais significativas da *res pública*, o senado e as magistraturas, especialmente o consulado”⁴⁹. Portanto, compreende-se que reconhecimentos institucionais da tradição e da ancestralidade compunham as características de um governante virtuoso.

⁴⁸ NICOLET, Claude. “O cidadão e o político”. In: _____ *O homem Romano*: Editorial Presença, 1990. P. 22

⁴⁹ FRIGHETTO, Renan. **Algumas considerações sobre o poder político na Antiguidade Clássica e na Antiguidade Tardia**. Buenos Aires, 2004. P. 45,46.

A política é uma das convenções sociais mais pulsantes e por conseqüência repleta de desdobramentos e atores e isto se aplica de modo relevante em Roma. Afirma Nicolet: “o cidadão romano, mobilizado e contribuinte, está também munido de uma vontade e de uma opinião que pode exprimir acerca dos negócios comuns”⁵⁰, afirma também que há três características no político romano, “qualificações censitárias, obrigação do serviço militar e determinação do estatuto social através das honras políticas”. A força dos cidadãos romanos era expressa através das assembleias, das tribos e centúrias. A aristocracia representada pelo senado e magistraturas.

Em Roma a política também apresentava uma perspectiva formatadora da condição de cidadão: “Na tradição do pensamento político Ocidental, desde a Antigüidade Clássica que se reconhece uma literatura política voltada para a formação moral dos homens de Estado”⁵¹. A expectativa era a ampliação do número de indivíduos conscientes e preparados para oferecer a vida pelo bem da coletividade.

Podem ser citados nesta meta de formar cidadãos politizados autores como Cícero, um contundente defensor da república; Políbio, elaborador da teoria dos ciclos políticos como etapas do processo histórico, admirador do modelo romano onde participavam do governo os cônsules, o senado e a participação popular em eleições; finalmente Sêneca que se dedicou a elaboração de características que pautariam o procedimento de um governante ideal. Estes são autores representativos dessa literatura que visava estabelecer na sociedade romana uma consciência política.

Abarca-se a todas as práticas políticas em Roma a utilização pelo governo de cerimônias festivas carregadas de teor cívico. Observamos que a necessidade de comunicação com toda a sociedade romana exigia mecanismos que envolvessem demonstração de força, portanto os rituais festivos agregavam um caráter político e de fortalecimento da identidade nacional em torno do governo e seus mandatários. Sobre isto elencamos a seguinte citação de Gonçalves:

⁵⁰ NICOLET, Claude. “O cidadão e o político”. In: _____ **O homem romano**: Editorial Presença, 1990. P. 32, 46

⁵¹ NICOLET, Claude. “O cidadão e o político”. In: _____ **O homem romano**: Editorial Presença, 1990.

“Para Jean-Marie Apostolidès, o espetáculo é uma necessidade intrinsecamente associada ao exercício do poder: o monarca deve deslumbrar o povo. O cerimonial associado ao monarca tem por função tornar visível o imaginário do corpo simbólico. A arte clássica tem por função traduzir em imagens o corpo imaginário do rei, através das referências mitológicas das quais se nutre a monarquia. Longe de serem autônomas, as diferentes artes só encontram sua vitalidade no discurso político que as organiza”⁵².

Nos rituais ampliavam-se as possibilidades de atingir o imaginário popular e mitificar o papel do governante, Momigliano atesta o fato da sacralidade ser inerente ao poder do soberano⁵³. A ideia central era mostrar que atingir tal posição era para poucos e por ser assim o detentor de tal honra deveria ser reconhecido, respeitado, temido e em última instância venerado.

O envolvimento dos romanos com a religiosidade era essencialmente político. A religião romana, tal como a grega, era cívica. Desde Augusto é possível perceber que religião e Estado fortaleceram ainda mais uma relação de total afinidade. Embora a sociedade romana fosse militarizada e envolvida com a filosofia, não se pode desconsiderar a força do misticismo em suas relações e práticas. Afirma Gonçalves: “Para se exercer a soberania tem-se que misturar elementos políticos e fenômenos místicos”⁵⁴.

Há que se compreender por imagens não apenas aquilo que é tangível ou presença diante do olhar de um indivíduo, mas o conjunto de condutas esperadas ou vivenciadas por alguém. Conceito genérico resultante de todas as experiências, impressões, posições e sentimentos que as pessoas apresentam em relação a uma personalidade. Nos imperadores era imperativa a propagação positiva de suas ações, caráter e moderação visando impingir na concepção mental da população a ideia de um líder preparado. Os *príncipes* não se preocupavam apenas em seu próprio cotidiano, mas em perpetuar na percepção coletiva uma figura que transpassava sua própria existência.

O poder centralizado pressupõe a ausência do contraditório. Partindo desta ótica, o que se assistiu em Roma foi o uso da força para suprir qualquer possível ausência de unanimidade nas deliberações de cada imperador. No novo modelo de

⁵² GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **As festas romanas**. Revista de Estudos do Norte Goiano Vol. 1, nº 1, ano 2008. P. 26

⁵³ MOMIGLIANO, A. **De Paganos, Judíos y Cristianos**. México: FCE, 1992. p.161-169

⁵⁴ GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **Septímio Severo e a Consecratio de Pertinax**. In: História, São Paulo, v. 26, n. 1, 2007. P.12.

governo, as dinastias⁵⁵ se sucederam através de adoções políticas, isto permitia que o novo imperador não fosse filho biológico do anterior. Importante salientar que cada imperador se mantinha no poder através do tripé armas, dinheiro e apoio político. As armas eram representadas pelas legiões, que de modo fundamental sustentavam um imperador ou impunham um novo, como foram as chegadas de Cláudio e Galba ao poder. O apoio político era essencialmente vindo do senado e da ordem eqüestre. No âmbito financeiro os príncipes necessitavam de financiadores, cobrança de impostos e conquistas militares com seus despojos para sustentar suas aspirações.

Explica Erhardt: “O aparecimento da casa imperial altera e redefine de modo parcial a situação de algumas camadas sociais do topo dessa pirâmide. Para os escalões superiores os critérios definidores que abrem caminho para galgar novas posições políticas e sociais são os mais variados”⁵⁶. Isto pressupõe um acirrado jogo pela proximidade ao governante e intenções pouco pautadas no interesse da coletividade. Esta mudança não foi totalmente sem conflitos, sobre isto explica Lèveque: “Há a partir de então uma concorrência entre as antigas magistraturas republicanas e as novas engrenagens da administração imperial que estão na dependência direta do príncipe e dispõem de uma chancelaria, de resto embrionária”⁵⁷. É um novo desenho político atrelado a antigas tradições de governo e esferas de decisão.

O Principado mudou a configuração política republicana, mas manteve a idealização de grandeza romana. Uma nova transição de poder a ser vivenciada por aquela sociedade e, conforme observa Claude Nicolet, “toda a história do povo romano descreve, talvez de forma exemplar e única, todas as hipóteses possíveis da política”⁵⁸. Mudança política sob as mesmas idealizações de expansão territorial e novas fontes de sustento para a máquina imperial.

⁵⁵ Em nossa pesquisa a dinastia julio-claudiana foi o foco central. Foram abordadas, especialmente a figura de Otávio como inaugurador e modelador do império, Cláudio como principal objeto do tema divinização e Nero por ser o principal discípulo de Sêneca.

⁵⁶ EHRHARDT, M. **Vir Virtutis: A construção do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Sêneca**. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2001. P. 47.

⁵⁷ LÉVÊQUE, Pierre. **Impérios e barbáries do século III a.C. ao século I d.C.** Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1979. P. 146.

⁵⁸ NICOLET, Claude. O cidadão e o político. In: _____ **O homem romano**: Editorial Presença, 1990. P. 21

Esta afirmação está sustentada nas mutações vivenciadas, ao longo da história romana. O poder, durante a república, esteve nas mãos de generais, posteriormente em diferentes triunviratos compostos de senadores, seguindo-se a isto houve a instauração da ditadura de Júlio César e finalmente, o principado, e a partir deste o estabelecimento do governo dos imperadores.

Contrapondo a afirmação de Nicolet, Finley⁵⁹ defende que a política deve ser entendida como, um conjunto de deliberações, em variáveis grupamentos, onde sejam possíveis decisões que vão além da mera consulta. Para ele o conceito de política, no período imperial romano, seria incompatível, pois, embora existissem discussões a decisão final recairia sempre nas mãos do imperador responsável pela decisão em última instância.

No principado percebemos que a inegável força das legiões, representada através da guarda pretoriana, permitia que o imperador conduzisse o império de modo centralizador e inquestionável: “*Rome's tradition of government, down to Julius Caesar, was characterized by distributed power and multiple sources of decision. That was never to return*”⁶⁰. A centralização deliberativa conduzia a sociedade a tornar-se refém dos interesses, capacidade e variação de humor de uma figura, o príncipe.

Os imperadores detinham um considerável e vitalício poder, mas não eram reis, e a sucessão não ocorria necessariamente de modo dinástico, existia a possibilidade uma adoção política. Augusto, por exemplo, cuidou pessoalmente de sua sucessão e inaugurou a dinastia Julio-claudiana composta de, além dele, mais quatro imperadores.

Tibério, sucessor de Otavio, chegou ao poder imperial através da adoção do imperador. Suetônio defende que Tibério relutou e não queria ser o novo príncipe e que sua adoção ocorreu devido à falta de opções para Augusto⁶¹, que também adotara a Germânico, e este detinha o apoio de suas legiões para tornar-se o novo imperador.

⁵⁹ FINLEY, Moses. **A política no mundo antigo**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.

⁶⁰ A tradição romana de governo, antes de Julio César, foi caracterizada pela distribuição de poder e a múltiplas escolhas de decisão. Isto nunca mais retornou. In: LINTOTT, A. **The Cambridge Ancient History**. Cambridge University Press. Second Edition Volume X. P. 133. (tradução própria)

⁶¹ SUETONIO, **Vida de los Doce Césares**, Editorial Gredos, Madri, 1992, III.

O sucessor adotado pelo imperador Tibério foi seu sobrinho Caio César Calígula. Havia expectativas esperançosas por parte dos que outrora almejavam o império sob Germânico, seu pai. Cresceu entre as tropas romanas e desde a infância recebeu o pseudônimo de Calígula. Amante das artes buscava com avidez a popularidade. Concluiu obras que Tibério começara na cidade e concedeu aos magistrados livre jurisdição, e isto representava uma divisão de poder. Posteriormente constituiu-se num imperador de extrema violência e desprezo a conceitos morais, sociais e econômicos. Agregou a si o desejo de ser venerado como deus. Esbanjou os recursos financeiros do império e para arrecadar criou tributos impensáveis e desonestos. Afrontou o senado ao impor seu cavalo como senador e objeto de veneração. Acabou assassinado por um pretoriano e não deixou um sucessor.

É possível resumir a história dos imperadores romanos, anteriores a ascensão de Cláudio ao poder, principalmente conforme as perspectivas de Suetônio da seguinte maneira, César Augusto como o líder ideal, pacificador e realizador de obras. Tibério como fruto da ausência de alguém melhor para a sucessão de Otávio. Caio Calígula, um governante que iniciou sua carreira como um verdadeiro príncipe e que se transformou em um completo insano, megalomaniaco e imoral. Posteriormente foram elevados a condição de imperador de Roma Cláudio e finalmente seu filho adotivo Nero ⁶².

Muito preocupado com a sua sucessão, Augusto quis assegurá-la à sua casa, a *Domus Augusta*. Julgou consegui-lo associando ao seu poder membros da sua família, reputados dignos de lhe suceder dadas as suas qualidades militares. – Fundador de império, este realista não institui regra de sucesso, mas instaura práticas que serão seguidas na matéria por todos os seus sucessores: adoção e associação ao poder por coligação de títulos excepcionais, segundo uma concepção colegial ⁶³.

Mesmo sob o governo do *princeps* os órgãos administrativos republicanos foram mantidos, todavia a figura do imperador como governante passou a ser obedecida, reverenciada e temida. Foram agregados valores simbólicos de forte impacto em toda sociedade romana.

⁶² Para uma melhor visualização da dinastia julio-claudiana vide anexo 3. P.

⁶³ LÉVÊQUE, Pierre. **Impérios e barbáries do século III a.C. ao século I d.C.** Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1979. P. 148.

Há algumas considerações importantes para explicar a mudança de modelo político em Roma. Diferentes opiniões apontam que a ânsia popular pelo fim das guerras civis, a ausência de condições administrativas pelo modelo em vigor, enfim caminhos abertos para a inserção de um novo governo, pautado na pacificação de todas as distâncias territoriais romanas.

Há que se salientar que os conceitos atuais de “império” e “imperador” têm suas compreensões originárias no século XIX, portanto desconhecidas do mundo romano no contexto estudado. Para os romanos o conceito de império não era, necessariamente, pautado num domínio territorial, significava simplesmente uma esfera de detenção de poder, os generais também eram chamados de *Imperator* e esta era a faceta militar da magistratura consular. Conforme explicação de Cecília Ames, *Imperator*, primeiramente, indicava o detentor do *Imperium* no campo de batalha, mais tarde o título podia ser outorgado ao chefe legionário através da aclamação das tropas depois da batalha. Posteriormente este comandante deveria ser reconhecido pelo Senado, e a partir disso é que se convertia num título de honra.⁶⁴ Finley revela que *Imperium* teria como sinônimos “ordem ou comando” e uma titulação com claras conotações militares⁶⁵. A partir de Augusto o *príncipeps* passou a ser comandante das tropas e por conseqüência um *Imperator*,⁶⁶ líder do governo e comandante das legiões.

O poder em Roma, centralizado nas mãos de um único governante, integrava um conjunto de transformações políticas que abarcaram também outras figuras, entre eles os senadores, a plebe, os cavaleiros, os libertos, os escravos, tribunos da plebe e as legiões. Cada camada da sociedade romana tentando se acomodar ao novo modelo político e de poder de acordo com seus interesses e da proximidade ao Príncipe. O período imperial romano se estendeu de 27 a.C. a 476 d.C. quando houve a queda do império nos territórios ocidentais devido a uma multiplicidade de fatores internos e um conseqüente remodelamento da geografia e da política no ocidente.

⁶⁴ AMES, C. El Título Imperial Romano y la Problemática del Principado. **Estudios Clásicos**, Madrid, v41, 1999.

⁶⁵ FINLEY, Moses. **A política no mundo antigo**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.

⁶⁶ Para melhor compreensão sobre as derivações de *Imperium* vide: FRIGHETTO, Renan. **“Imperium et orbis” conceitos e definições a partir das fontes tarso-antigas**. In: Facetas do Império na História. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

Podemos afirmar que o Principado em Roma não foi exatamente inaugurado, mas construído gradativamente após a dissolução do último triunvirato, governo onde três senadores administravam o império. Após aproximadamente dez anos, o governo composto por Marco Antonio, responsável pela administração do Oriente, Marco Lépido comandante da cavalaria e Otávio administrando o Ocidente. Otávio acabou conseguindo desbancar os companheiros de comando depois da eclosão de um conjunto de guerras civis. Diz Suetônio: “Tiveram todas estas guerras, por princípio e por causa, a obrigação em que ele acreditava de vingar a morte do tio, como também de defender-lhe os atos”⁶⁷. Aos que Otávio não matou em confronto, acusou de assassinos de César, sempre em nome da manutenção e governabilidade da república.

Depois da vitória no Ânzio em 31 a. C., o sobrinho de Julio César, gradativamente, unificou em si uma condição de poder vitalício sobre todo universo romano. Neste encaminhamento político Otávio agregou a si a prerrogativa de indicar os governadores das províncias, propor e fazer cumprir as leis, distribuir as tropas, presidir cerimônias públicas e controlar o senado, instituição máxima do período republicano.

As mudanças institucionais provocadas pela inserção de um novo modelo de governo foi parte de um processo de agregação de funções e prerrogativas ao imperador: “*The political, economic, social and cultural development of Spain in the period between the collapse of the Republic and the end of the Julio-Claudian dynasty was enormous*”⁶⁸. Houve uma ampliação sistemática de Roma tornando-a uma vastidão geográfica, política e econômica.

A mudança de sistema de governo, embora gradativa, foi radical. Otávio conseguiu explicar e convencer o universo romano com seu argumento de pacificação do império: “*Pax Augusta* has become the conventional characterization of the new order introduced by the *princeps*”⁶⁹. Agregando ao principado a ideia de

⁶⁷ SUETONIO. **Augustus**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro I.

⁶⁸ A política econômica, social e cultural desenvolvida da Espanha no período entre o colapso da república e o fim da dinastia Julio-Claudian foi enorme. In: LINTOTT, A. The **Cambridge Ancient History**. Cambridge University Press. Second Edition Volume X. P. 461.

⁶⁹ A *Pax Augusta* trouxe a caracterização da nova ordem estabelecida pelo *princeps*. In: LINTOTT, A. The **Cambridge Ancient History**. Cambridge University Press. Second Edition Volume X. P. 188.

paz, segurança e harmonia, Otávio logrou êxito e fundamentou o novo modo de governar.

O novo governante de Roma justificava suas ações à defesa da república e dos preceitos dos ancestrais. Roma nasceu monárquica, se fortaleceu republicana e foi do ápice, inclusive territorial, ao declínio sob o governo dos *princeps* distribuídos em dinastias diversas.

Sobre o novo legado inaugurado na figura do *princeps* explicita Levêque: “O príncipe é simultaneamente herdeiro do *basileus* do Oriente helenístico, do *imperator* republicano, do chefe místico dos Celtas de Espanha. Nos países de língua grega, usa o título de *autocrator*, que insiste melhor ainda do que o de *princeps* no caráter absoluto do poder pessoal”⁷⁰. Em Otávio houve a inauguração de titulações de cunho republicano, mas que não acarretaram a fragmentação do poder entre integrantes da burocracia de governo, ao contrário fortaleceu a figura de um soberano para comandar todo o universo romano.

1.2 UM IMPÉRIO, DIVERSOS ESCRITORES

Inseridos num universo de centralização de poder os cronistas do primeiro século cristão e os que escreveram logo no início do segundo, nossas principais fontes, abordaram a sociedade romana. Sob o governo dos Césares, alguns contemporâneos aos seus objetos e outros a uma distância cronológica, que permitia críticas e censuras ao comportamento dos soberanos. As diferenças de abordagens não significam, necessariamente, ausência de rigor histórico, mas simplesmente perspectivas pessoais de cada escritor.

Os autores utilizados neste trabalho foram essencialmente do universo senatorial, tem uma linha muito próxima de composição e percepção para suas narrativas. Mesmo guardando semelhanças em termos de fontes para composição de suas obras cada autor tem a particularidade de seus apoios e desafetos dentro do espaço de poder em que estavam envolvidos.

⁷⁰ LÉVÊQUE, Pierre. **Impérios e barbáries do século III a.C. ao século I d.C.** Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1979. P. 144,145.

Documentos oficiais como, atas senatoriais, correspondências e arquivos imperiais, também fazem parte do arcabouço de fontes. A perspectiva da documentação histórica pertencente ao senado está vinculada às ações de cada príncipe em relação a esta instituição. Sob este olhar fica possível compreender as razões para que um quadro tão negativo fosse elaborado para alguns imperadores e positivo para outros.

Tácito publicou seus *Anales* somente após o término da dinastia dos Flávios (69 d.C a 96 d.C), considerada por este como tirânica e por consequência sem legitimidade. Com o advento de uma nova linhagem de imperadores o jurista viu-se liberado para escrever sobre os acontecimentos relacionados aos príncipes do passado. Salientamos que esta não foi o único trabalho de Tácito e que uma parte da obra foi perdida.

Suetônio fez pública sua obra *A Vida dos Doze Césares* posteriormente ao ano 120 d.C. quando foi possível, pela ausência de cerceamento, a elaboração de um tratado que tinha também a característica do entretenimento. São retratados aspectos, de forma sistemática, do contexto pessoal de cada imperador, são contemplados os antecedentes familiares, fatos anteriores à chegada de cada um destes ao poder e os atos como imperador, acentuando em muitos momentos o declínio de cada príncipe.

A distância cronológica entre o fato e a narrativa deu liberdade literária a Suetônio e a Tácito, bem como uma livre utilização de uma abordagem crítica e moralista sobre acontecimentos que envolviam o imperador. O casamento de Cláudio com Agripina, sua sobrinha é claramente tratado, pelos autores do segundo século, como um arranjo interesseiro, imoral, incestuoso e que foi liberado pelo senado através de uma lei forjada sob suborno e artimanhas de libertos que trabalhavam na corte.

Os escritores romanos não pouparam Cláudio em suas descrições. Percebemos, todavia que isto não o tornava diferente dos demais imperadores. Nos *Anales* de Tácito também há duras críticas ao comportamento de Cláudio. Descrevemos a percepção de Erhardt sobre Tácito e sua descrição de Cláudio, onde é possível reconhecermos que, mesmo sendo um texto mais politizado que voltado a aspectos pessoais do imperador, o cronista romano se permite descrever também com certo escárnio e carregando nos adjetivos pejorativos e depreciativos.

“No livro XXVIII dos *Anais* aparecem críticas de Tácito a um Cláudio manipulado, sua estupidez, a cega afeição por Messalina, e as muitas mortes perpetradas por essa mulher. No livro XII, capítulo LIX Cláudio era instigado a perpetrar muitas crueldades pelos artifícios de Messalina. Nos capítulos LXI e LXVII, Tácito evidencia o caráter estúpido e a “imbecilidade natural” do referido mandatário”.⁷¹

Outro escritor a ser considerado para compor este universo de historiadores romanos foi Plínio, o Jovem. Este autor denomina como modelo ideal de governante, o imperador Trajano, titulado posteriormente como *Optimus Princeps*, um verdadeiro líder para o império, digno da posição elevada de conduzir os destinos de Roma. Plínio era contemporâneo e pertencia a corte de Trajano, tendo inclusive exercido cargos relevantes em províncias romanas. Plínio é apenas mais um exemplo que nos permite avaliar que em algumas descrições há a inexistência de isenção por parte dos cronistas.

Enfim, são autores que escreveram nos primeiros anos do segundo século da era cristã. Uma época em que o Principado já estava totalmente consolidado como sistema de governo. Ultrapassara desdobramentos significativos inclusive, mudanças dinásticas, crises, transformações econômicas e sociais dentro do império.

1.3 DIVINIZAÇÕES DOS PRÍNCIPES

O termo *Apoteose* é originariamente do grego *apothéosis* e de modo mais amplo quer descrever um tipo de glorificação, deificação ou endeusamento que é dedicada a alguém, é, portanto uma cerimônia religiosa. É a construção de uma exaltação, *status* e honrarias a uma pessoa por uma sociedade, familiares ou seu corpo político. Na *apothéosis* o principal acontecimento é a inserção de alguém no ambiente dos deuses que compõem o panteão.

No mundo clássico romano, a exemplo de outras civilizações como a mesopotâmica, a grega e a egípcia, a religiosidade e a política são modos de comunicação de poder e condução popular. A divinização, também denominada

⁷¹ EHRHARDT, Marcos. **O arquiteto do social: Sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do principado a partir da *historia magistra vitae***. Tese de Doutorado. UFPR: Curitiba, 2008. P. 60, NT 135.

como *Consecratio*, foi uma ferramenta política, um dogma imposto e controlado pelo Estado com o propósito de enfatizar que mesmo tendo o imperador morrido a ordem estabelecida não sofreria abalos. Uma forma de resguardar os interesses do império e do sucessor escolhido.

Após um período de enfraquecimento em suas bases e práticas, a vida religiosa romana voltou, por percepção de Otávio, a ter seu fortalecimento. Através de uma postura obstinada Augusto buscou restituir os cultos romanos ancestrais, reconstruir templos, restabelecer antigas cerimônias, impor o casamento, e tentar, através da religiosidade, implantar uma unidade moral, pacificadora e de autoridade sobre todo o mundo romano. A religião em Roma não oferecia uma expiação de pecados, mas desdobrava-se em torno dos interesses do Estado e da ordenação da sociedade.

Conforme afirma o imperador em seu testamento, o *Res Gestae Divi Augusti*, para atingir os intentos de consolidação de sua figura a frente do novo modelo de governo e inibir quaisquer avanços oposicionistas. Não houve economia de investimentos financeiros, inclusive de seu próprio erário, tanto na capital quanto nas colônias, abarcando nestes custos o fortalecimento da religião, seus símbolos, datas importantes, corpo sacerdotal, orientações e dinâmicas de culto. O imperador almejava fazer da religião em Roma o amálgama popular para suas conquistas políticas.

Pagué a la plebe de Roma 300 sestercios por cabeza, en cumplimiento del testamento de mi Padre. Y en mi propio nombre, cuando mi quinto consulado [29 a.C.], dí otros 400 (por cabeza), de mi botín de guerra... Nunca fueron menos de 250.000 las personas beneficiarias de estos repartos... Durante mi quinto consulado [29 a.C.] distribuí mil monedas, procedentes de mi botín de guerra, a cada uno de los soldados de mis ciudades coloniales militares: tal obsequio conmemorativo de mi triunfo oficial afectó a unos 120.000 hombres... Por cuatro veces acudí, con mi dinero, en ayuda del Tesoro público, de modo tal que entregué a sus responsables 50 millones de sestercios. Bajo el consulado de Marco Lépido y Lucio Arruncio [6 d.C.], dí de mi patrimonio 70 millones de sestercios al Tesoro militar, el cual decidí crear, con el fin de conceder recompensas a los soldados con veinte o más años de servicios... Construí la Curia y su vestíbulo anejo, el templo de Apolo en el Palatino y sus pórticos, el templo del Divino Julio, el Lupercal, el Pórtico junto al Circo... el palco imperial del Circo Máximo; los templos de Júpiter Feretrio y de Júpiter Tonante, en el Capitolio; el de Quirino, los de Minerva, Juno Reina y Júpiter Libertador, en el Aventino; el templo a los Lares en la cima de la Vía Sagrada... Restauré, con extraordinario gasto, el Capitolio y el Teatro de Pompeyo, sin añadir ninguna inscripción que llevase mi nombre. Reparé los acueductos...

Duplicó la capacidad del acueducto Marcio, ... Concluí el Foro Julio y la Basílica... Obras ambas iniciadas y llevadas casi a término por mi Padre...⁷²

Salientamos que os parâmetros de crença em Roma apresentam uma religiosidade imbricada com a vida política e social. Afirma John Scheid que em Roma “o sacerdócio não era questão de vocação, mas de estatuto social”⁷³. Mesmo alicerçando posicionamentos de governo nem todos os imperadores usavam este expediente, Tibério foi um deles: “Era deveras negligente, no que estava relacionado aos deuses e a religião”⁷⁴. Isto nos remete a uma pluralidade da atividade naqueles que, ainda que temporariamente, exerciam a vida religiosa e podiam fazer da mesma uma oportunidade para alçar novos interesses e posições. Um bom exemplo disto foi o próprio Julio César, antes de tornar-se ditador e líder militar, empenhou-se para exercer o cargo de *Pontifex Maximus*, função que preconizava uma ligação entre os romanos e seus deuses. César tornou-se exemplo para demais imperadores, inclusive Augusto.

A formatação da *Consecratio* ganhou contornos ideológicos e de valorização de um grupo dinástico. A divinização de um representante de uma família gerava uma qualificação que o tornava superior e por conseqüência seu sucessor estava apto ao comando de todo o império.

A construção da imagem de alguém virtuoso era importante para a consolidação do líder imperial, algumas vezes como poderoso, noutras como alguém humilde e distante de qualquer ambição. Tibério (14 d. C. – 37 d.C.), sucessor do divino Otávio, foi um imperador que, embora tenha se empenhado em fazer de Augusto um *divus*, tratou com indiferença e como futilidades as honrarias e títulos. Tácito narra que um senador chamado Dolabela propôs celebrações ao imperador por seu retorno de uma incursão próxima à cidade para por fim a uma sedição, seria concessão do triunfo. Em face desta solicitação de honraria Tibério César declara, em carta ao senado, que “não almejava em sua velhice vãs recompensas”⁷⁵.

⁷² AUGUSTO. *Res Gestae (Hechos del divino Augusto)*. William Stearns Davis, ed., *Readings in Ancient History: Illustrative Extracts from the Sources*, 2 Vols. (Boston: Allyn and Bacon, 1912-13), Vol. II: *Rome and the Wes*.

⁷³ SCHEID J. *O Sacerdote*. In: *O Homem Romano*. Editorial Presença, 1990

⁷⁴ SUETONIO. *Tibério*. In: *Vida de los Doce Césares*, Editorial Gredos, Madri, 1992

⁷⁵ TÁCITO. *Anales*. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992. III, 47.

É pertinente contextualizar o conjunto das grandes celebrações romanas, como festas comunitárias, cavalgadas, festas aos deuses que ajudavam nas colheitas, na criação de animais, divindades variadas que proporcionavam oportunidades para festivais religiosos e de cunho político e cívico, também como o triunfo e a divinização dos imperadores.

O triunfo era uma procissão que atravessava as ruas da cidade até o Capitólio, sob a assistência de uma multidão. Ao final de cada expedição militar o comandante das legiões, nomeado pelo senado, voltava a Roma com toda a pompa possível, simulando a figura do deus Júpiter. Era um cortejo organizado em honra aos vencedores de guerras contra inimigos externos. O triunfo sinalizava aos romanos que o homenageado, vestido com manto púrpura, coroado de louros e sobre uma carruagem adornada e puxada por quatro cavalos, poderia vir a ser contemplado depois da morte com a apoteose, tornando-se um deus. As festividades romanas eram potenciais canais de comunicação com a população, um recurso simbólico de legitimação.

Sobre esta solenidade explica Gonçalves: “Os triunfos eram procissões festivas, verdadeiras paradas militares e religiosas, nas quais se reconhecia publicamente a contribuição do exército e de seus generais para a segurança e prosperidade do Estado. Tornaram-se mais comuns na República, com a expansão imperial romana. O comandante vencedor oferecia um modelo de heroísmo, sacrifício e vitória na defesa dos assuntos romanos”⁷⁶. Neste tipo de celebração o imperador seria envolto em elementos que remetiam à política, vida militar e religião. Portando os *lauri* o general vencedor recebia a autorização para entrar em Roma vestido como o deus Júpiter.

As festividades romanas eram carregadas de ostentação, luxo e demonstrações de força, possuíam cunho político, cívico e estrutural dentro do contexto de vastidão geográfica do mundo romano e de diferentes costumes nas províncias. As celebrações religiosas eram talhadas para agradar aos deuses e principalmente aos homens. Afirma Gonçalves:

⁷⁶ GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **As festas romanas**. Revista de Estudos do Norte Goiano Vol. 1, nº 1, ano 2008. P. 9.

“Trata-se de festejos oficiais, nos quais as principais características são exatamente a manutenção da ordem, o reflexo de certas posições sociais previamente definidas, a formação de uma identidade e a construção de uma memória oficial e coletiva das festividades e da razão da comemoração... As festas serviam também de cenário para a apresentação das boas qualidades, da imagem idealizada do soberano”⁷⁷.

Dentro deste contexto de poder centralizado nas mãos do Príncipe, e da necessidade constante de reafirmação desta condição pelo afilhado político e sucessor de cada imperador morto, é possível refletir sobre a construção da “Apotheose Imperial”. A divinização dos imperadores em Roma possuía um caráter mais político do que religioso. É referendado pela historiografia que, em Roma o poder e a religião se misturaram intrinsecamente. Representava uma demonstração de fidelidade e não de fé ou crença religiosa e sacra. A apotheose reiterava a ideia de normalidade interna e governabilidade mesmo diante da morte do imperador. Era o atestado da continuidade do poder imperial, bem como da manutenção dos interesses do grupo dominante.

Havia também motivações que ultrapassavam o ambiente da corte e do senado, como exemplo podemos citar o ditador de Roma Julio César também foi laureado com a divinização após seu assassinato por membros do senado. Há um destaque na descrição de Suetônio na “Vida dos Doze Césares”⁷⁸ quando afirma que a apotheose de Julio César foi outorgada pela instituição responsável, ou seja, o senado, mas também foi fruto da convicção do povo que fora sujeito ao grande general. Posteriormente eram realizadas festividades em homenagem ao *divus* mantendo sua memória viva.

A participação popular promovia uma espécie de pressão sobre outros segmentos políticos e atender aos desejos da população gerava reflexos positivos para o grupo senatorial. Conforme menciona Suetônio, um senador chamado Messala, num discurso na cúria, enaltece a figura do ditador Julio César e aparentemente faz coro aos interesses dos romanos: “O senado. Em pleno acordo com o povo romano, te saúda, ó Pai da Pátria”⁷⁹. Na realidade os senadores

⁷⁷ GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **As festas romanas**. Revista de Estudos do Norte Goiano Vol. 1, nº 1, ano 2008,

⁷⁸ SUETONIO. **César**. In: *Vida de los Doce Césares*, Editorial Gredos, Madri, 1992.

⁷⁹ SUETONIO. **Cesar**. In: *Vida de los Doce Césares*, Editorial Gredos, Madri, 1992

visavam manter posição junto ao detentor do poder vigente e o respaldo da população.

A Apoteose Imperial foi fortalecida no contexto do início do Principado. Levantamento de templos em homenagem a um *divus*, a construção de estátuas inclusive em ouro para ser transportada aos olhos de todos os moradores da cidade, principalmente o corpo senatorial e a inserção da figura do novo deus em meio a imagens de outros divinizados. A religião se constituía numa forma eficaz de comunicação entre os governantes e a sociedade. Numa cerimônia de ostentação visual não faltavam os discursos com elogios e finalmente o fogo era ateado no ataúde mortuário para que a alma do morto fizesse sua viagem ao mundo dos deuses.

Tornou-se oportuno para os imperadores a conjugação do poder administrativo ao religioso. Augusto, tal como Julio César, tornou-se membro de todos os colégios sacerdotais e finalmente *Pontifex Maximus*⁸⁰, titulação honorífica inaugurada no período republicano. Ao detentor desta função sacerdotal caberia a responsabilidade de administrar as relações da comunidade com as divindades reconhecidas pelo Estado, por ser uma função religiosa e política de modo simultâneo havia a oportunidade de exercer uma relevante influência sobre os cidadãos romanos e fortalecer as prerrogativas simbólicas e temporais do governante.

Destacamos então a força da religião como ferramenta de consolidação do principado: “É conhecido o papel da religião tradicional, principalmente a de Júpiter, na ideologia imperial. Como *pontifex maximus*, o soberano era o chefe do paganismo greco-latino”⁸¹. A religião, abarcada entre o conjunto de atividades cívicas do império, era a detentora dos elementos que evoluíam todos os trâmites da pós-morte dos romanos e a condição social dos mesmos.

Tanto os triunfos quanto os funerais envolviam a sacralidade, a honra familiar, a organização orquestrada, a interação entre participantes e espectadores e provisões de generosidade, por isso também podem ser

⁸⁰ O termo Pontífice quer dizer “aquele que faz uma ponte entre o céu e a terra”. E o cargo de *Pontifex Maximus* em Roma era a maior titulação religiosa que existia.

⁸¹ HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *Uso y abuso de la normativa constitucional en la República tardía: El “senatus consultum ultimum” y los “imperia extra ordinem”*. In: **Studia Historica**. Madrid: vol IV-V n. 1, 1986-87. P. 177.

identificados como festas, pois o público presente era testemunha e beneficiário das mesmas⁸².

As cerimônias de deificação, suas causas e conseqüências na vida dos imperadores romanos, revelam que todos os detalhes eram significativos, as construções erigidas, as pessoas que faziam o transporte do defunto, os materiais usados, os discursos, bem como as expressões de emoção e tristeza popular. A modéstia não compunha o conjunto de elementos ritualísticos de um funeral imperial.

Quando entendemos os elementos que compunham os funerais de um imperador torna-se possível arrolar as diferentes motivações e os objetivos desta cerimônia pública no contexto romano e também a importância de valorizar e demonstrar para toda sociedade a nova condição divina do imperador morto, corroborando com esta ideia afirma Gonçalves: “Era uma prática tradicional mandar erigir estátuas de ouro para Imperadores divinizados e dar ordens para colocá-las em locais públicos, como a porta do Senado e o interior do Circo, pois elas não apenas honravam a memória dos divinizados como também daqueles que tinham mandado erigi-las”⁸³.

A *consecratio* era, portanto a cerimônia de deificação, neste caso do imperador anterior, que era recebido pelos deuses em seu panteão após ser julgado e considerado merecedor de tal honra em face de suas boas ações. Era uma festividade proposta e aprovada pelo senado, bem como executada e custeada pela mesma instituição. O imperador vivo, embora fosse grande interessado na divinização do antecessor, tinha o papel quase desprezioso de apenas homologar a possibilidade de que o novo *divus* fosse cultuado numa cidade ou província, conforme costumes e interesses locais. Em todas as dinastias houve a utilização da prática de divinização proporcionando uma continuidade do passado através da imortalidade e do culto oficial da memória do imperador tornado em uma divindade.

O governante que assumia o império poderia ter interesse em promover a divinização do César anterior dependendo dos dividendos políticos que isto lhe

⁸² GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **As festas romanas**. Revista de Estudos do Norte Goiano Vol. 1, nº 1, ano 2008. P. 7.

⁸³ GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **Septímio Severo e a Consecratio de Pertinax**. In: História, São Paulo, v. 26, n. 1, 2007.

proporcionaria. Otavio Augusto valeu-se politicamente da divinização de Julio César e aceitou ser tratado e titulado como “*Imperator Caesar Divi Filius*”⁸⁴, através desta honraria, o imperador, indiretamente, garantiu a sua própria futura condição de *divus*. Esta era uma ação política que fortalecia, através da memória do novo imortal, a propaganda oficial do poder vigente. Imperadores promoveram cerimônias de Apoteose para aproximar sua imagem do antecessor divinizado e algumas vezes propagar sua filiação a um deus. Em linhas gerais é possível afirmar que ser o adotivo e sucessor de um *divus* fazia crescer a imagem e os atributos do novo príncipe diante de povo e das instituições.

Os aspectos que tornavam o imperador uma divindade, descritas nos tratados de deificação e que compunham tal solenidade festiva, proporcionam condições de interpretar virtudes e vícios dos mandatários em Roma no início do Principado. O autor da *Vida dos Doze Césares*, Suetônio, cita ainda que a inserção de Cláudio junto aos deuses teria sido nos moldes esperados à importância do falecido, num ritual cheio de elementos simbólicos e de valorização de sua memória. Os funerais também eram tratados como demonstração de importância social, afirma Gonçalves: “Outra festividade romana eram os funerais. Neles se misturavam as esferas pública e privada, pois ao lamento da família pela perda de um ente, dependendo da riqueza e do status social desta família, juntavam-se ações públicas, como banquetes em honra do morto e jogos gladiatórios, onde se expiava o sangue do defunto”⁸⁵.

A apoteose de Cláudio, conforme afirma Suetônio, foi objeto de uma revogação e posterior restituição: “Seus funerais foram efetuados com a pompa habitual usada para imperadores e o incluíram no número dos deuses. Honra esta da qual foi privado e despojado por Nero, que foi restituída por Vespasiano”⁸⁶. Vê-se nisto que a postura de Nero foi de detração da memória de Cláudio e a busca de sempre desonrá-lo: “Novas construções foram realizadas por ele, entre as quais: o templo da Paz, nas proximidades do fórum; o do divino Cláudio, no monte Célio,

⁸⁴ Filho do Imperador César Divinizado.

⁸⁵ GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **As festas romanas**. Revista de Estudos do Norte Goiano Vol. 1, nº 1, ano 2008. P. 10.

⁸⁶ SUETONIO. **Claudius**. In: *Vida de los Doce Césares*, Editorial Gredos, Madri, 1992.

começado por Agripino, mas quase destruído por Nero ⁸⁷. A aposta de Nero foi uma tentativa de apagar todos os resquícios que lembrassem Cláudio e seu governo.

⁸⁷ SUETONIO. **Vespasian**. In: *Vida de los Doce Césares*, Editorial Gredos, Madri, 1992.

2. UM JULGAMENTO NO PANTEÃO DOS DEUSES

2.1 ASPECTOS LITERÁRIOS DA APOKOLOKINTOSE

“In Seneca's satire the Apocolocyntosis, written some months after Claudius' death, he is represented as vicious, stupid and fearful”⁸⁸.

Entre os registros de divinização dos imperadores romanos encontramos uma variante satírica. O tratado fúnebre escrito por Sêneca chamado “A Apocoloquintose do Divino Claudio” trata-se de uma espécie de peça teatral tendo como protagonistas os deuses que habitavam o céu e este pode ser considerado, no mínimo, pitoresco. Um libelo difamatório ambientado num universo mítico e cheio de ofensas.

A descrição tornada pública no ano 56 d. C. foi uma sátira cuja proposta era ser uma “homenagem ao contrário” e a ideia central era a propagação de uma imagem depreciativa e ridicularizadora ao personagem central, Cláudio. A *Apocolocintosis* foi elaborada por um integrante da corte de Nero, interessado, aparentemente, em uma vingança pessoal e no fortalecimento do governo do sucessor do imperador falecido.

O texto persegue uma estratégia e, por isso, é fundamental conhecer quem ele define como leitor. Em outras palavras, um texto não é reflexo, porém arma. Um pensador político não procura refletir o seu tempo e sociedade; quer produzir efeitos. E estes ele visa através de sua arma específica, o texto. A designação do leitor é, portanto, a de quem deverá ser afetado pelo texto. Os leitores constituem o campo da eficácia própria do discurso. A leitura é o processo pelo qual se dá tal eficácia.⁸⁹

Ainda que esta “apoteose às avessas” seja uma sátira, desenvolvida a partir de mundo mítico, Sêneca tenta dar a ela o *status* de uma obra histórica e defende

⁸⁸ Na sátira de Sêneca a Apocoloquintose escrita alguns meses depois da morte de Cláudio ele é apresentado como viciado, estúpido e medroso. In: LINTOTT, A. **The Cambridge Ancient History**. Cambridge *University Press*. *Second Edition* Volume X. P. 249

⁸⁹ RIBEIRO, Renato Janine. **A filosofia política na história**. In: Revista *Discurso*. São Paulo: v. 2, n. 14, 1989.

enfaticamente a originalidade e confiabilidade desta. Quando abre seu texto afirma que todos os acontecimentos por ele narrados eram verídicos e sua descrição seria totalmente isenta de paixões pessoais, obedecendo aos melhores métodos historiográficos, sempre esperados no trabalho daqueles que pretendem ser os intérpretes do passado.

Um dado importante a ser considerado dentro deste contexto histórico é a defesa que Plutarco faz sobre Sêneca, em relação à morte e pretensa assassinato de Cláudio, diz o biógrafo: “Não se lê em historiador algum que Sêneca tivesse parte nesta injustiça”⁹⁰. De fato não há nas fontes dados que vinculem Sêneca a qualquer tipo de atentado ao imperador ou sua família, mas é inegável, Sêneca num primeiro momento acabou favorecido pela morte de Cláudio.

Sêneca era um pensador engajado em questões políticas, um idealizador de características que deveriam, a seu ver, compor as práticas de um imperador pleno e tinha especial interesse na propagação de uma imagem positiva de Nero, filho de Agripina, que fora adotado aos doze anos pelo imperador Cláudio. O interesse dele em formatar os imperadores em torno de uma moderação dá indícios de que ele não era um defensor da volta da república em sua plenitude de conceitos.

”Lucius Sêneca é um autor - que esteve voltado a pensar e escrever acerca de como deveria ser a conduta dos governantes nas ações em torno do poder político, destacando as diversas virtudes que deveriam ser praticadas pelo monarca na tentativa de se obter um bom governo, constituindo-se, desta forma em verdadeiros manuais de educação para reis e príncipes”⁹¹

Pensamos que descrever um imperador romano deveria ser uma tarefa complexa e cheia de minúcias. Dependendo da perspectiva e da distância cronológica a composição da imagem seria mais voltada para o âmbito político, administrativo, militar ou ainda pessoal. Escrever pelo viés da personalidade foi a escolha metodológica de Suetônio, um exemplo é sua narrativa sobre Calígula, nela percebemos o retrato de alguém desmedido em todas as suas facetas. O imperador Tibério foi apresentado como alguém inseguro, Augusto é mostrado como moralista

⁹⁰ PLUTARCO. **As vidas dos homens ilustres**. Tradução A. Allegre. São Paulo: Editora das Américas, Edição Francesa de 1819. Tomo 12º. XIV.

⁹¹ EHRHARDT, M. **Vir Virtutis: A construção do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Sêneca**. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2001. P.1.

e empreendedor, enfim o jeito de ser de cada um traz uma panorâmica do rumo que gostaria de dar ao governo.

A mudança de governante com a morte de Calígula e a chegada de Cláudio deveria trazer esperança de dias melhores a algumas esferas sociais. A mesma idealização de um melhor governante poderia ser percebida na ascensão de Nero ao trono, todavia não foi esta a percepção de Plutarco ⁹², em sua narrativa sobre a vida Sêneca e a proximidade deste ao novo príncipe defende que tal substituição era problemática: “Era um mau imperador que sucedia a um imbecil”.⁹³ Plutarco é obviamente um admirador de Sêneca e basta observar sua posição de perfeita sintonia com o pensamento senequiano ao referir-se a Cláudio como “imbecil” ⁹⁴. Sêneca confiava que seus ensinamentos seriam suficientes para que o jovem Nero, de apenas dezessete anos no início de seu governo, fossem um bom imperador, mas não conseguiu conter o gênio intempestivo de seu aluno.

Forjar um caráter digno, e um príncipe ideal eram os objetivos de Sêneca. A detração e uma forte difamação sobre a memória de Cláudio compunham um conjunto de ações do filósofo visando uma possível comparação dos romanos entre os dois imperadores. Cláudio fora um imperador que apesar de suas limitações gozava de prestígio junto à população, Suetônio afirma que num determinado dia foi espalhada a notícia da morte do imperador e tal informação ocasionou uma comoção popular muito grande. “Em pouco tempo conquistou de tal maneira o amor e o favor do público que, ao anunciar-se, depois de sua partida para Óstia, que ele perecera em uma emboscada, o povo deveras consternado, não cessou de amaldiçoar os soldados, classificados de traidores, tachados de parricidas;”⁹⁵. O aspecto físico frágil de Cláudio, embora tratado com desdém por Sêneca, pode ter sido positivo para a imagem do imperador junto da população.

⁹² Plutarco filósofo e historiador grego do primeiro século depois de Cristo, têm vasta obra composta de ensaios, retórica e religião, escreveu o conjunto de mais de cinquenta biografias chamado *Vidas dos homens ilustres* em sua obra onde discorre sobre a vida de personalidades do mundo Greco-romano. Viveu entre os anos 50 d.C. e 120 d.C.

⁹³ PLUTARCO. **As vidas dos homens ilustres**. Tradução A. Allegre. São Paulo: Editora das Américas, Edição Francesa de 1819. Tomo 12º. XV.

⁹⁴ Na *Apocoloquintose do Divino Claudio*, o autor Sêneca, além de discorrer sobre questões como a pretensa flatulência do imperador, refere-se a Cláudio como idiota.

⁹⁵ SUETONIO. **Claudius**. In: *Vidas de los doce Césares*: Editorial Gredos, Madri, 1992.

Giusepina Gramático afirma que Cláudio não seria merecedor de uma descrição negativa tão contundente, questiona Sêneca e seu exagero, “Razões artísticas próprias deste gênero literário a que a obra pertence, o rancor alimentado por um ódio que ultrapassa todos os limites”⁹⁶. De fato, os demais autores também apresentam críticas contundentes a Cláudio, mas nada se compara à descrição impiedosa elaborada por Sêneca neste panfleto satírico e cheio de humor sarcástico.

A vertente humorística e novelesca foram fartamente utilizadas pelo dramaturgo Sêneca. A linguagem e os diálogos entre as divindades durante o julgamento do candidato a *divus* poderiam fazer parte de um espetáculo teatral, onde nem os deuses seriam poupados do sarcasmo do escritor. Uma construção composta de figuras da mitologia grega, imperadores mortos e também Nero, descrição de sons, cidades, poesias, conceitos jurídicos, discussões acaloradas, escravos, xingamentos, descrições físicas, elementos que ganham vida na imaginação dos leitores.

2.2 ATORES

Diversos indivíduos e camadas sociais compõem o conjunto de atores que são abordados nesta pesquisa. Burocratas, mulheres, soldados, imperadores e teóricos políticos, todavia há que se reconhecer que o imperador Cláudio, o filósofo Sêneca e a imperatriz Agripina foram fundamentais para a construção deste trabalho. Num recorte temporal de aproximadamente vinte anos cada um destes têm, na particularidade de suas ideias e participações no universo romano, desdobramentos que merecem destaque.

Um príncipe considerado fraco, despreparado intelectualmente, fisicamente rejeitável e influenciável; um filósofo com uma carreira marcada por um exílio e pelos ideais teóricos para a construção cognitiva e moral de um governante ideal;

⁹⁶ GRAMMATICO, G. **Silencio y furor em la apokolokynthosis de Sêneca.** In: _____ *Revista Semanas de Estudios Romanos, volume IX.* Instituto de história da Universidad Católica de Valparaíso, 1989. p. 99

finalmente uma mulher com interesse contundente pelo poder imperial, capaz de casar e matar para atingir sua meta.

2.2.1 Tibério Cláudio Druso

Después de haber pasado de esta manera la mayor parte de su vida, a la edad de cincuenta años y gracias a la casualidad más admirable, llegó al mando supremo. Cuando los asesinos de Calígula separaron a todo el mundo, so pretexto de que el emperador quería estar sólo, Claudio, alejado como los demás, se retiró a un gabinete llamado *Hermeum*. Sobrecogido de miedo, al primer rumor de la muerte se arrastró hasta una galería inmediata, donde permaneció oculto detrás del tapiz que cubría la puerta. Un soldado, a quien la casualidad llevó hasta allí, le vió los pies, quiso saber quién era, lo reconoció y lo sacó de aquel sitio. Claudio se arrojó a sus plantas pidiendo la vida; el soldado le saludó como emperador y lo llevó a sus compañeros, indecisos todavía y estremecidos de cólera. Éstos lo colocaron en una litera, y como habían huído los esclavos, lo llevaron al campamento sobre sus hombros⁹⁷.

Responsabilizando o acaso por tal acontecimento Suetônio descreve a aclamação imperial e o início do governo de Tibério Cláudio Druso. Encontrado por um legionário atrás de uma cortina e certamente muito confuso com todos os acontecimentos, Cláudio é alçado ao comando de Roma.

Sobrinho-neto de Augusto e herdeiro do imperador apenas em terceiro grau, Cláudio fora, antes de sua ascensão, um sujeito de pouca expressão na corte. Suetônio afirma que Cláudio não passava de um joguete na corte, um legítimo fantoche⁹⁸. Esclarece ainda que no senado as opiniões do tio de Calígula eram as últimas a serem ouvidas e por conseqüência não eram consideradas.

O parentesco com o imperador Calígula não foi positivo para o tio e futuro imperador, ao contrário lhe causou perigos uma vez que o príncipe, definido por Suetônio como louco, matara diversos familiares e Cláudio vivia sob a tensão desta ameaça.

Cláudio possuía visíveis limitações físicas, era manco, possivelmente por uma paralisia infantil e também gago. Passava a imagem de alguém desajeito e totalmente despreparado intelectualmente, embora não o fosse, era um intelectual

⁹⁷ SUETONIO. **Claudius**. In: *Vidas de los doce Césares*: Editorial Gredos, Madri, 1992.

⁹⁸ SUETONIO. **Cláudius**. In: *Vida de los Doce Césares*, Editorial Gredos, Madri, 1992

dedicado aos estudos históricos e filosóficos. No ambiente familiar era desprezado até pela própria mãe: “Antonia afirmava incessantemente que ele era um monstro, não havia sido acabado, mas apenas esboçado pela natureza” em outros momentos o denominava como “cretino”⁹⁹. Pela descrição de Suetônio em relação ao trato da mãe de Cláudio para com seu filho há que se aceitar a ideia que tinham sobre ele, um sujeito inacabado, fraco em todos os sentidos e sem habilidades ou perspectivas.

Cláudio ascendeu à condição de senhor do império aos cinquenta anos de idade, após o exercício de alguns poucos cargos públicos. O ambiente vivenciado logo após o assassinato de Calígula foi de instabilidade e incertezas. Estava em jogo a manutenção do principado, bem como o império, sua governabilidade e suas conquistas.

A possível apologia pelo retorno à república não encontrou voz em meio às legiões romanas, talvez por estarem acostumadas ao poder personalista dos generais. A escolha de um sucessor que não representasse riscos para o governo dos príncipes pareceu o mais propício. Cláudio, pertencente à dinastia inaugurada em Otávio e pessoa que pretensamente seria de fácil dominação, foi o escolhido e tornou-se o substituto de Calígula após uma trama arquitetada e realizada pelas legiões romanas. A *aclamatio*, termo que define a aclamação das tropas, ocorreu de forma rápida e surpreendente. Cláudio, cheio de medo e escondido, foi encontrado por um legionário e saudado como novo imperador.

Suetônio afirma que logo após assumir o poder imperial pagou pela fidelidade das legiões e tornou-se o primeiro a tomar tal atitude: “Permitiu que os soldados armados prestassem, em assembléia, juramento em Nome dele, prometendo a cada um quinze mil sestércios. Dessa forma, ele foi o primeiro dos Césares a comprar, a preço de ouro, a fidelidade dos soldados”¹⁰⁰.

Foi imperador durante quatorze anos e adotou uma política de distanciamento do senado, o que gerou diversas controvérsias políticas. Revelou-se um governante de características bastante paradoxais, alguns o consideravam fraco, face às influências de suas esposas e principalmente auxiliares que o cercavam e que compunham a máquina burocrática da corte. Na percepção de Suetônio o imperador

⁹⁹ SUETONIO. **Cláudius**. In: *Vida de los Doce Césares*, Editorial Gredos, Madri, 1992

¹⁰⁰ SUETONIO. **Claudius**, In: *Vida de los Doce Césares*, Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro V.

dava liberdade excessiva aos libertos e estes não tinham limites em sua ganância, diz ainda: “Com relação a seus libertos, honrou, principalmente o eunuco Posides, que entre os guerreiros foi gratificado com uma lança, em seu triunfo da Britânia” ¹⁰¹. Os “libertos”, conforme explica Hervás ¹⁰², eram escravos ¹⁰³, colocados na condição de cidadãos, porém ligados aos seus antigos proprietários por vínculos econômicos. Alguns destes libertos gozavam de grande prestígio no círculo íntimo e administrativo do imperador Cláudio, a percepção de Gonzalo Bravo é que tais indivíduos exerciam um “protagonismo na administração imperial” ¹⁰⁴. Félix comandou as cortes na Judéia; Narciso era o secretário particular do imperador; Políbio, professor de Cláudio e responsável pela seleção das correspondências que chegavam ao príncipe; Palas que exercia a função de intendente e foi honrado com a questura e a pretoria.

Tácito afirma que Cláudio foi vítima de conselhos errados de Palante ¹⁰⁵, um dos libertos que lhe assessorava. Este auxiliar do imperador foi, conforme explica Suetônio, o responsável pelo casamento incestuoso deste com a sobrinha Agripina ¹⁰⁶ e a adoção de Nero ¹⁰⁷.

Mesmo admitindo que a presença de libertos junto do imperador foi decisiva é possível perceber o seu estilo de governar. Administrou de modo centralizador e favoreceu o império com uma capacidade não prevista, criando um aparelho burocrático que fosse capaz de gerir a natureza universalista de Roma. No âmbito militar e das anexações territoriais soube promover-se ao reconquistar a Britânia, um território que se tornara possessão romana com Julio César e posteriormente separada do império ¹⁰⁸.

¹⁰¹ SUETONIO. **Cláudius**. In: *Vida de los Doce Césares*, Editorial Gredos, Madri, 1992.

¹⁰² HERVÁS, José M. Roldán. **La República Romana**. In: *História de Roma I*. 4ª edição. Cátedra Historia. Serie Mayor.

¹⁰³ O conjunto dos escravos romanos era, em sua maior parte, composto de prisioneiros de guerra e pessoas endividadadas.

¹⁰⁴ BRAVO, Gonzalo. **Historia del mundo antiguo. Uma introducción crítica**. Alianza Editorial. P. 506.

¹⁰⁵ TÁCITO, Cornélio. **Os Annales**, Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992.

¹⁰⁶ SUETONIO, **Vida de los Doce Césares**, Editorial Gredos, Madri, 1992

¹⁰⁷ SUETONIO, **Vida de los Doce Césares**, Editorial Gredos, Madri, 1992

¹⁰⁸ Vide anexo 2

Cláudio promoveu uma contundente política externa oferecendo a cidadania romana e inserindo membros das províncias no senado. Narra Tácito que sua atuação foi digna de agradecimento até pelos germânicos e reconhecimento de uma postura isenta de qualquer tipo de acepção:

En este mismo año, la nación de los queruscos pidió rey de Roma; habiendo perdido toda su nobleza en las guerras civiles y no quedando de la sangre real sino uno solo, llamado *Itálico*, que residía en Roma. Era éste hijo de Flavio, hermano de Arminio, y de una hija de Catumero, príncipe de los catos, de hermosísimo aspecto, ejercitado en las armas y en el andar a caballo a nuestro modo y al suyo. Y así César, reforzándole de dineros y dándole gente de guerra para su guardia, le exhortó a recibir con ánimo generoso el honor para que era llamado de los suyos. Y le advirtió de que era el primero que, habiendo nacido en Roma, no como rehén, sino como ciudadano, salía de ella para reinar en un reino extranjero. Fue al principio muy agradable a los germanos su venida, y más echando de ver que, como no interesado en sus discordias, trataba con igual afición a todos¹⁰⁹.

Mesmo retratado como um soberano que buscava tratar todos os cidadãos romanos de forma isenta e sem acepção há que se reconhecer que o imperador compreendia a necessidade de distinguir, agradar e manter relações estreitas com os detentores das armas e Cláudio, conforme afirma Bravo, colhia bons frutos com esta postura:

“Las relaciones con el ejercito fueron buenas, sobre todo se tiene en cuenta que Claudio – rompiendo la tradición de sus predecesores – nunca combatió personalmente. No obstante, fue aclamado imperator mas veces que o propio Augusto”¹¹⁰.

Promoveu reformas na ordem dos cavaleiros, estabeleceu um soldo para manutenção financeira das tropas e manteve as legiões em plenas condições nas fronteiras do império. Foi um imperador inativo como combatente, todavia cuidadoso com a manutenção e segurança dos limites do império. Estabeleceu para o exército a função que visava mais do que defender-se de ataques externos ao império, a repressão de qualquer dissidência interna. Percebemos que ter um trânsito positivo junto aos legionários só trazia bons resultados para o imperador.

¹⁰⁹ TÁCITO. *Anales*. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro XI, 16.

¹¹⁰ BRAVO, Gonzalo. *Historia del mundo antiguo. Uma introducción crítica*. Alianza Editorial. P. 506.

Cláudio possuía características de honestidade e zelo, principalmente no cumprimento de suas funções como governante do império. Um homem dedicado aos estudos liberais e das questões do Estado. Embora fosse gago, foi um imperador eloqüente e dado à erudição. Dominava também o idioma grego e escreveu obras históricas sobre os etruscos, povos que deram origem aos romanos e também sobre Cartago, cidade africana derrotada pelos romanos nas Guerras Púnicas.

O imperador Cláudio marcou seu governo com empreendimentos que visavam a melhoria das condições de vida na capital e no restante do império. Construiu estradas para facilitar o acesso às províncias, terminou o aqueduto que houvera sido iniciado por Calígula e que recebeu o nome de Claudiano, além deste construiu outro que foi chamado de *Anio Novus*. Conseguiu canalizar duas fontes de águas para a cidade. Fez abrir um túnel numa montanha para escoar o Lago Fucino em suas enchentes. Construiu também o porto de Óstia.

Foi um governante preocupado com o abastecimento de alimentos para a população da cidade. Fomentou o comércio através de subsídios para aqueles comerciantes que sofressem reveses durante os invernos e incentivou a construção de navios.

Entre as narrativas negativas chama atenção a crueldade e rapidez com que Cláudio exterminava seus adversários, políticos ou pessoais. Esta é uma das mais contundentes acusações que pesam sobre Cláudio, principalmente o uso desmedido da pena capital para garantir o desaparecimento de desafetos e pessoas que pudessem ameaçá-lo. A acusação de um perfil violento feita por Sêneca na *Apocoloquintose* é confirmada por Suetônio, quando diz: “sua natureza cruel e sanguinária era evidenciada tanto nas pequenas quanto nas grandes coisas. Fazia com que fossem executados rapidamente as torturas e os castigos reservados aos parricidas e exigia que as ações fossem levadas a cabo em sua presença”¹¹¹. Deu ordem para a execução de muitos de seus inimigos sem esboçar constrangimento algum, incluindo na lista de condenados, senadores, cavaleiros e a própria esposa, Messalina.

As descrições que impingem vícios à imagem do imperador são próprias na historiografia senatorial, a mesma linha adotada por Sêneca. Tanto Suetônio, como

¹¹¹ SUETONIO. **Claudius**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro V.

Tácito, fontes sobre a vida do imperador apresentam fatos que reforçam a imagem de Cláudio como alguém instável e muitas vezes de ações que não possuíam a menor isenção ou impessoalidade. Esta característica acusadora ao imperador é comum na historiografia senatorial romana e merece ser apreciada e também criticada.

É possível então dizer que o imperador Cláudio, que outrora dava sinais de ser alguém sem a menor dignidade, iniciou seu governo com atos de ordenação ao caos oriundo do assassinio de Calígula. Puniu aos que fizeram parte do processo de conjuração ao antigo imperador. Adotou posturas de uma pretensa humildade e sensatez junto às instâncias de poder já existentes dentro do império: “Uma vez que era reservado e modesto, em função de sua própria educação, renunciou à adoção do título de *Imperator*, também recusou honrarias excessivas e celebrou sem brilho, como se fosse uma simples cerimônia doméstica, os sponsais de sua filha e o nascimento de seu neto” ¹¹².

Por ser um homem de idade mais avançada e de aparência física frágil, contrastando com a jovialidade, intempestividade e destempero de Calígula, a quem Suetônio chega a chamar de “monstro” ¹¹³ Cláudio obteve conquistas internas importantes, entre elas “o favor e amor do povo” ¹¹⁴. A popularidade e a figura paternal do imperador são potencialmente distantes dos vícios sugeridos por Sêneca.

É recorrente a percepção que uma das motivações para a construção da sátira de Sêneca tenha sido a condenação ao exílio, ocorrida durante o principado de Cláudio, em face de acusações de adultério, fomentadas por Messalina e alguns auxiliares e aceitas pelo imperador. Cláudio mesmo tentando isentar sua sobrinha, foi lento e por fim não logrou êxito.

Messalina, esposa de Cláudio, é descrita nas fontes como uma mulher com facilidade para os adultérios e promiscuidade, pois sabia como enganar o imperador em sua maneira incauta e ingênua. Conduziu sua permissividade a ponto de chegar a um casamento ilícito com o jovem Gayo Sílio. A imperatriz não temia contrariedades na corte e alardeou de modo escandaloso suas bodas com Sílio,

¹¹² SUETONIO. **Claudius**. *In: Vida de los Doce Césares*, Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro V.

¹¹³ SUETONIO. **Calígula**. *In: Vida de los Doce Césares*, Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro V.

¹¹⁴ SUETONIO, **Vida de los Doce Césares**, Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro V, 12.

afinal Cláudio estava na Óstia. O medo de retaliações imperava sobre os servidores da corte:

“Y no era un misterio lo que quedaba después de tal matrimonio. Sin Duda se apoderaba de ellos el miedo por considerar a Claudio un imbécil sometida a su esposa, y que muchas eran las muertes ordenadas por Messalina”¹¹⁵.

Compreendemos pela descrição de Tácito que o padrão de comportamento da imperatriz era perigoso inclusive aos interesses do Estado e Messalina era uma mulher capaz de utilizar quaisquer recursos, sem escrúpulos ou calcular as conseqüências e perigos por seus hábitos. Foi assassinada por ordem do marido que temia ter seu posto de imperador tomado pelo amante da esposa, conforme afirma Suetônio:

“Casou-se com Valéria Messalina, filha do tio Barbato Messala. Todavia, quando soube que, independentemente dos seus excessos e das suas ações torpes, ela chegara ao ponto de desposar Caio Sílio e que o contrato assinado se encontrava nas mãos dos áugures, mandou que fosse assassinada”¹¹⁶.

Messalina fez de seu adultério um espetáculo público. Sua execução por um tribuno aconteceu dias após a chegada do príncipe em Roma e sob conselhos dos assessores mais próximos a Cláudio: “*que se preocupe más de sua seguridad que de La venganza*”. Cláudio não tratou a morte de sua esposa como um acontecimento triste ou emotivo: “*Ni siquiera en los días siguientes Dio señales de odio o de alegría, de ira o de tristeza, en fin, de afecto humano alguno; tampoco al ver los acusadores felices o a sus hijos doloridos*”¹¹⁷

A morte de Messalina, a afronta que a mesma cometera a seu marido e os possíveis jogos pela sucessão imperial abriram a oportunidade para que outra candidata postulasse a condição de esposa do imperador, aproveitada pela sobrinha de Cláudio, Agripina.

O casamento de Cláudio com Agripina foi forjado a partir dos interesses da sobrinha do imperador pela sucessão, todavia há que se destacar neste contexto a

¹¹⁵ TÁCITO. **Anales**. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro XI, 28.

¹¹⁶ SUETONIO. **Claudius**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro V.

¹¹⁷ TÁCITO. **Anales**. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro XI, 38.

disputa entre os libertos para escolher a esposa do imperador: “*Con el asesinato de Mesalina se trastorno La casa del príncipe, pues entre sus libertos surgió una disputa sobre quién elegiría mujer para Claudio, hombre poco acostumbrado a La vida de célibe e inclinado a dejarse dominar por una esposa*”¹¹⁸. No jogo por uma maior influência sobre o imperador valia também aos libertos ter ascensão sobre a esposa do príncipe.

Cláudio, após a morte de Messalina, optara por não casar-se novamente e conforme explicita Suetônio empenhara sua palavra nesta decisão: “como não tivesse tido sorte com os casamentos, estava resolvido a conservar-se celibatário e que, se o não conseguisse, matar-se-ia com as próprias mãos”¹¹⁹. A postura radical e pretensamente irrevogável de Cláudio não logrou êxito, já fora casado por três vezes e acabou tornando-se marido mais uma vez.

“*Pero las seducciones de su sobrina Agripina, hija de Germánico, le inspiraron un amor al que fácilmente daba lugar el derecho de abrazarla y el frecuente trato*”¹²⁰. A condição de celibato do imperador não foi capaz de suplantar as seduções de Agripina. O imperador conseguiu, através de suborno a senadores, justificar seu casamento como questão relevante ao Estado e aprovar a mudança de leis sobre o incesto. “*Pero Agripina, para hacer ostentación de su poder también ente lãs naciones aliadas, consiguió que se enviaran veteranos y una colonia a la ciudad dos ubios, donde había nacido, a la cual se la puso un nombre derivado del suyo.*”¹²¹ O casamento de Cláudio com a sobrinha e permitiu que ela se infiltrasse de forma veemente nas questões políticas.

Agripina fazendo uso de suas prerrogativas de imperatriz conseguiu trazer de volta a capital do império o filósofo Sêneca e fazê-lo preceptor de seu filho, Domício Nero. Também atingiu seu principal objetivo que foi fazer deste filho um adotado político do imperador, passo decisivo para que o mesmo se tornasse o imperador após a morte de Cláudio e assim ocorreu. Tibério Cláudio Druso foi morto aos sessenta e quatro anos de idade durante o jantar. Após ingerir cogumelos, um tipo

¹¹⁸ TÁCITO. **Anales**. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro XII, 1.

¹¹⁹ SUETONIO. **Claudius**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992.

¹²⁰ SUETONIO. **Claudius**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro V, 26.

¹²¹ TÁCITO. **Anales**. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro XII, 27.

de comida que apreciava, acabou por morrer intoxicado. As fontes dão como certa a causa da morte de Cláudio a um envenenamento.

O imperador Cláudio foi contemplado com a divinização ao ser homenageado com um funeral público e a apoteose imperial, conforme narrativas contidas em Tácito, Suetônio e Sêneca. O diferencial em Cláudio está exatamente no fato de ter sido objeto de duas descrições de divinização, uma oficial como honraria, num discurso pronunciado por seu filho adotivo e novo imperador Nero, outra difamatória e satírica, ambas formuladas por Sêneca. Tácito afirma que o discurso dos funerais de Cláudio foi carregado de elogios, honrarias e referências aos triunfos, linhagem, prudência e sabedoria do falecido, diz ainda: “O discurso composto por Sêneca exibiu grande elegância”¹²². Afirma ainda: “*A Cláudio se decretaron honores celestes y se Le celebraron solemnes exequias, conforme a las que se hicieron al divo Augusto*”¹²³.

A atitude de um imperador em honrar seu antecessor também era vista como uma postura de grandeza pessoal e humildade. Suetônio menciona que o jovem imperador Nero recebeu muitas honrarias ao ser aclamado imperador e numa atitude piedosa concedeu grandiosos funerais a Cláudio e também “procedeu a sua sagração”¹²⁴. A forma como Suetônio descreve o início do novo governo mais uma vez revela o estilo do mesmo em apresentar rupturas no modo de agir dos imperadores.

2.2.2 Lucius Aneu Sêneca

“Não sou eu que sou ambicioso, o que sucede é que é impossível ter outro estilo de vida em Roma; eu não sou amante do luxo, a cidade é que me obriga a toda esta despesa;”¹²⁵.

¹²² TÁCITO. **Anales**. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro XII, 3.

¹²³ TÁCITO. **Annales**. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro XII.

¹²⁴ SUETONIO. **Claudius**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro V.

¹²⁵ SENECA. **Cartas a Lucílio**. Tradução, prefácio e notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

Pautando sua existência em conceitos que preconizavam a austeridade e a ausência de vaidades, Sêneca teve ao longo de sua vida alguns paradoxos. Conquistou a glória de ser o professor e principal conselheiro do imperador Nero, todavia acabou obrigado a cometer suicídio por ordem de seu principal aluno; pregava uma vida pautada na simplicidade e na ética, era um crítico da opulência presenciada na vida dos romanos, mas tornou-se muito rico e acabou sendo alvejado por acusações de um enriquecimento ilícito; seus principais pensamentos políticos e relacionados ao perfil de um governante foram escritos em períodos que esteve longe do poder.

Nascido durante o governo do imperador Augusto, em data imprecisa pela historiografia, tornou-se um relevante ícone da literatura latina. A vida e posterior carreira política de Sêneca transitou pelo reinado de quatro imperadores, Tibério, Calígula, Cláudio e Nero, todos estes membros da dinastia julio-claudiana. Foi um senador destacado por sua eloquência, bem como por seu conhecimento filosófico, pela sua verve para a dramaturgia e a capacidade de administrar os negócios do Estado.

A partir de uma articulação de uma das esposas do imperador Cláudio, Messalina e alguns libertos, Sêneca foi conduzido ao exílio. No ano 41 d.C. o filósofo foi acusado pela imperatriz de adultério com Júlia Lívia, irmã de Calígula. Num processo cercado de incoerências e por uma possível leniência de Cláudio, que tentou livrar a sobrinha, todavia acabou acelerando sua punição, Julia foi assassinada e Sêneca foi desterrado para a ilha de Córsega por aproximadamente oito anos.

Os três celerados prometeram a Messalina empregar toda a influência e os quatro fizeram contra Júlia e seu protegido uma acusação quemérica, mas que não podia deixar de ter influência, num príncipe tão fraco como Cláudio, que era escravo de seus escravos. Apresentaram ao imperador um queixa jurídica contra Julia, a quem acusavam de desonrar a família imperial, com desordens escandalosas e em particular com relações criminosas com Sêneca, que, ao pé dela, esquecia todos os seus belos princípios de filosofia. Cláudio, que amava sua sobrinha, que a conhecia melhor que seus acusadores e que não a julgava capaz dos horrores que lhe eram imputados, mostrou a princípio grande admiração, ante a notícia que se lhe dava; fez alguma resistência e procurou justificar Júlia pelo absurdo que encontrava em tal acusação, tão injusta quanto fora de propósito: mas a tentativa que fez para salvar sua sobrinha foi precisamente o que apressou sua perda. Messalina e seus cúmplices, espantados com o perigo que corriam, se a jovem princesa escapasse às suas calúnias, determinaram usar da violência. Sem esperar que Cláudio se pronunciasse e se entendesse com Júlia, fizeram-na levar ao exílio e a mataram sem algum

processo. Quanto a Sêneca, como tinha sido citado na queixa e como eles julgavam que ele não deixaria de servir de toda sua eloquência para defender sua protetora, relegaram-no para a ilha da Córsega, como culpado de adultério com a infeliz Júlia ¹²⁶.

Sêneca, por esta punição ou pelo simples objetivo de valorizar Nero foi, possivelmente, o maior interessado na difamação ao imperador Cláudio e talvez da própria dinastia julio-claudiana. Percebemos que além de Cláudio, também o imperador Calígula em sua intemperividade agiu de modo a prejudicar a carreira de Sêneca.

A vida do filósofo, desde sua chegada à capital do império, esteve pautada nas funções de Estado e no preço que isto custava. Sua eloquência e capacidade literária que o fizeram tão admirável também lhe causaram sofrimentos, Plutarco afirma que a oratória do estóico no senado fez que o imperador Calígula se enchesse de inveja e devido a esta insegurança Sêneca optou por deixar os discursos na tribuna senatorial:

Um dia, quando Sêneca discursava no senado, na presença do imperador, viu-se o soberano, em vez de tomar parte nos aplausos que eram prodigalizados ao orador, lançar sobre ele olhares furibundos, mudar de cor, fremir de despeito e de raiva por causa das aclamações da multidão. Não esperou mesmo o fim da sessão e saiu rispidamente da assembléia, resolvido a sacrificar aquele indivíduo tão eloqüente à sua bárbara inveja ¹²⁷.

A nova esposa de Cláudio, Agripina, convenceu o marido a anistiar Sêneca e trazê-lo de volta à capital do império. Transitou em funções políticas, foi mentor e assessor de Nero, mas acabou abandonado e perseguido por seu aluno e príncipe. Morreu sob acusação de traição a Nero, imperador que ajudara a formar moral e politicamente desde a infância, numa conjuração da qual não fez parte, mas acabou sendo envolvido.

Sêneca e seus conceitos estóicos são importantes elementos para uma melhor compreensão de Roma dentro do recorte temporal do começo do principado. A historiadora Ana Teresa Marques Gonçalves afirma: “No principado o estoicismo fornecia justificativas morais e inteligibilidade para a ação da fortuna, no momento

¹²⁶ PLUTARCO. **As vidas dos homens ilustres**. Tradução A. Allegre. São Paulo: Editora das Américas, Edição Francesa de 1819. Tomo 12º. IX e X. P. 370,371

¹²⁷ PLUTARCO. **As vidas dos homens ilustres**. Tradução A. Allegre. São Paulo: Editora das Américas, Edição Francesa de 1819. Tomo 12º.

em que a opinião do Príncipe era suficiente para colocar e para retirar os homens de seus cargos públicos, de acordo com sua concepção pessoal de justiça e lealdade”¹²⁸. O principado era a possibilidade de um mergulho em dois universos que agradavam Sêneca, a filosofia e a política.

O cordobês produziu obras filosóficas relacionadas à moral, à natureza, à vida, e a política. Durante seu exílio escreveu as Cartas Consolatórias¹²⁹, a primeira missiva foi *Ad Marciam de consolatione*, depois compôs uma para sua mãe, *Ad Helviam de consolatione*, e ainda a *Políbio*, secretário de correspondências do imperador Cláudio, *Ad Polybium de consolatione*, estas correspondências compunham uma série de tratados filosóficos de orientação estoica, onde o altruísmo e a abnegação são fundamentos para a existência: “Os homens que se agarram a seus presentes como coisas das quais temos perpetua propriedade e que por eles querem ser invejados pelos outros jazem prostrados e aflitos, quando os deleites falsos e fugazes abandonam sua alma vã e pueril, que ignora qualquer prazer real”. As *Cartas Consolatórias* objetivavam dar um lenitivo emocional a pessoas, especialmente amigos e familiares, que estivessem sob dificuldades profundas. Embora as cartas fossem endereçadas a uma pessoa específica como sua própria mãe Hélvia, Márcia uma senhora da aristocracia romana e seu amigo Políbio o secretário das correspondências de Cláudio, elas acabavam alcançando um público mais amplo. Explica Erhardt: “As *Cartas Consolatórias* foram escritas para amigos e conhecidos, e, portanto, guardam informações acerca da conduta adequada para o cidadão, úteis, portanto, para entender uma construção de modelo de homem virtuoso”¹³⁰.

Sêneca produziu também Epístolas Morais, Sobre o ócio/ Da tranqüilidade da alma, e ainda *De clementia* um texto político que preconiza um modelo ideal de sociedade. Há que se considerar o fato da produção de Sêneca, em relação ao

¹²⁸ GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **Cidadania e exílio na obra “Consolação a minha mãe Hélvia” de Sêneca**. Phônix: Sette Letras, 1998

¹²⁹ “Sêneca apresenta nestas cartas os princípios éticos do estoicismo como forma de combater as dores da alma no mundo antigo, proporcionando importantes espaços para a reflexão histórica sobre a atividade epistolar na Antiguidade”. GONÇALVES, Ana Teresa Marques, MESQUITA, Fabrício Dias Gusmão Di. **Atividade Epistolar no Mundo Antigo: relendo as cartas consolatórias de Sêneca**. In: História R., Goiânia, v. 15, n. 1, jan./jun. 2010. P. 31

¹³⁰ EHRHARDT, Marcos. **O arquiteto do social: Sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do principado a partir da *historia magistra vitae***. Tese de Doutorado. UFPR: Curitiba, 2008. P. 24. NT 25

imperador Cláudio, ser contemporânea ao mesmo, impedindo minimamente um distanciamento cronológico entre o autor e seu objeto.

O escritor dos discursos fúnebres do imperador Cláudio e seu principal detrator, *Lucius Aneu Sêneca* era natural de Córdoba, cidade conquistada por Roma no ano 152 a. C., nascido entre os anos 1 a.C. a 4 d. C., durante o reinado de Otávio Augusto. Seu pai era pertencente à ordem dos cavaleiros, um grupo que estava logo abaixo do corpo senatorial e compunha junto dos patrícios uma aristocracia romana. As caminhadas, intelectual e política de Sêneca, tiveram início quando este migrou para a capital do império com a família, a partir de seu gosto pela filosofia, acabou se inserindo no estoicismo ¹³¹.

Sobre o estoicismo o historiador Paul Veyne afirma: “os estóicos, por um lado dão uma versão mais científica às crenças populares e, por outro lado, crêem que a caminhada do mundo é providencial” ¹³². Esta filosofia preconiza então uma intervenção externa às ações humanas. Arminda Lozano qualifica o estoicismo como uma filosofia sob um “princípio universal e racional” ¹³³. Já Pierre Lèveque define tal filosofia como um pensamento que se inclina para a moral e que busca resistir à “tirania dos maus imperadores” ¹³⁴. São, portanto conceitos importantes, racionalidade, universalidade, moral e resistência aos maus procedimentos dos que governam.

Na escalada rumo à condição de pessoa pública foi inserido, ainda no governo do imperador Tibério, à prática da oratória. Sua capacidade e eloquência o fizeram se distinguir no fórum romano. Durante o principado de Calígula, a carreira e o próprio Sêneca, passaram a sofrer perigos. Plutarco chega a afirmar que o imperador “teve inveja da glória literária de Sêneca” ¹³⁵. Por conta desta situação

¹³¹ O estoicismo foi uma escola filosófica grega, fundada por Zenão de Cícium (336-263 a.C.), um fenício helenizado oriundo de Chipre e se propunha a oferecer um modo de vida pautada na austeridade física e moral, bem como a resistência humana frente aos males e sofrimentos do mundo.

¹³² VEYNE, Paul. **Sexo e poder em Roma**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008. p. 67

¹³³ LOZANO, Arminda. **La religiosidad griega em época helenística**. In: História. Questões e debates. Curitiba: UFPR, 2000. Ano 17, nº 33, P. 30

¹³⁴ LÉVÊQUE, Pierre. **Impérios e barbáries do século III a.C. ao século I d.C.** Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1979. P. 167.

¹³⁵ PLUTARCO. **As vidas dos homens ilustres**. Tradução A. Allegre. São Paulo: Editora das Américas, Edição Francesa de 1819. Tomo 12º. V. P. 366.

com Calígula, Sêneca abandonou os discursos e a tribuna, justificando sua ausência a fragilidade de sua saúde, novamente Plutarco: “Felizmente, para ele, Sêneca tinha um rosto pálido e desfeito, que indicava má saúde e foi isso que lhe salvou a vida”¹³⁶.

Ao longo de sua carreira, além de filósofo e senador, foi também dramaturgo e exerceu o cargo de Questor durante o primeiro ano do principado de Cláudio. A responsabilidade deste servidor do império era custodiar os recursos no templo de Saturno, efetuar os pagamentos orientados pelo Senado ou pelos cônsules, denunciar os devedores do Estado e participar das campanhas militares na condição de tesoureiro, estas atribuições exigiam do servidor a probidade suficiente para lidar com o dinheiro público.

Sêneca estabeleceu-se como um pensador voltado à produção intelectual sobre o ideal de conduta para os governantes, a isto diz Ehrhardt: “Sêneca pode ser considerado um grande pensador político na medida em que suas reflexões possuem expressiva inserção através do diálogo estabelecido com seus contemporâneos e com autores que o precederam”.¹³⁷ Foi um teórico respeitado e rodeado de admiradores que buscavam compreendê-lo e discutir seus conceitos e idealizações.

Sua atuação política foi estancada por um exílio de oito anos e conforme já disposto anteriormente, durante sua estada compulsória fora de Roma, a esposa de Sêneca e um de seus filhos morreram¹³⁸, certamente uma situação que marcou seu tempo de desterro. Foi durante seus anos de exílio que escreveu alguns de suas principais obras entre elas as chamadas de *Cartas Consolatórias*¹³⁹. A experiência do exílio era uma das maiores aflições para os cidadãos romanos que costumavam se envolver no ambiente político. Todo exilado se tornava detentor de uma cidadania incompleta, pois perdia a possibilidade de ocupar funções públicas e alterar os

¹³⁶ PLUTARCO. **As vidas dos homens ilustres**. Tradução A. Allegre. São Paulo: Editora das Américas, Edição Francesa de 1819. Tomo 12º. VI. P. 367

¹³⁷ EHRHARDT, Marcos. **O arquiteto do social: Sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do principado a partir da *historia magistra vitae***. Tese de Doutorado. UFPR: Curitiba, 2008. P.20

¹³⁸ PLUTARCO. *As vidas dos homens ilustres*. Tradução A. Allegre. São Paulo: Editora das Américas, Edição Francesa de 1819. Tomo 12º. X.

¹³⁹ Sêneca escreveu as cartas consolatórias a sua mãe Hélvia, a Márcia e também a Políbio, o liberto responsável por selecionar as correspondências que deveriam chegar às mãos do imperador Claudio.

destinos do império. Embora pudesse receber visitas de quem desejasse o exilado ficava descontextualizado e até alheio ao que acontecia na capital do império, isto deveria ser ainda mais complicado no caso de uma figura pública e integrante do corpo senatorial.

Sêneca encarou o exílio e o afastamento de suas funções públicas, sob suas concepções filosóficas que buscavam um significativo distanciamento de questões frívolas de cunho interesseiro. Esta linha filosófica preconizava que toda a lamentação não passava de inutilidade, afinal todas as coisas seriam dirigidas pela natureza e tudo que acontece atende a um propósito maior. Mesmo sob tal orientação Sêneca acaba por revelar seu desgaste emocional frente a seu distanciamento de Roma: “Escrevi estas coisas como pude, com a alma já gasta e enfraquecida por uma longa ociosidade”¹⁴⁰

O estoicismo atendia aos anseios da aristocracia romana, que almejava a implantação da república romana como uma Cosmópolis, uma cidade de características universalistas, que abarcaria a si todas as demais. As percepções de mundo que compunham o pensamento do estoicismo em alguns casos poderiam também ser interpretadas como teorias políticas.

A anistia de Sêneca e seu retorno a Roma aconteceu através da intervenção da nova esposa e sobrinha de Cláudio, e mãe de Nero, Agripina. A imperatriz tinha objetivos ambiciosos para seu filho e sua participação no governo imperial. De volta a Roma Sêneca assume inicialmente as funções de pretor¹⁴¹. A função pública dada a Sêneca era apenas o pano de fundo para a verdadeira intenção de Agripina, dar-lhe a missão especial de cuidar pessoalmente da educação do jovem Domício Nero (*amicus principis*), transferindo-lhe conceitos filosóficos que abarcassem assuntos morais e de Estado¹⁴².

De professor e conselheiro passou a integrante do governo de Nero. Possuía um amplo leque de responsabilidades nas questões burocráticas e institucionais do império. Era quem redigia os discursos que seriam lidos pelo príncipe no senado, cartas circulares, nomeações, éditos e mantinha sob sua alçada toda ordenação da

¹⁴⁰ SÊNeca. **Consolação a Políbio**. Tradução Cleonice F. M. Van Raij. Campinas: Editora Pontes, 1992. XVIII, 9.

¹⁴¹ Os pretores eram os responsáveis pela administração da justiça em Roma.

¹⁴² “Aos onze anos de idade Nero lhe foi confiado”. In: PLUTARCO. **As vidas dos homens ilustres**. Tradução A. Allegre. São Paulo: Editora das Américas, Edição Francesa de 1819. Tomo 12º. XIII.

casa imperial. Desempenhou suas funções na corte junto do prefeito da cidade, Burho.

O modelo de governo que Sêneca proporia a Nero seria de uma administração pautada na moderação de Augusto. Após a morte de Agripina, percebeu que todo o ensino, conselhos e sabedoria passados ao príncipe iam, gradativamente, se tornando exíguos, devido, principalmente, a ausência de moderação no caráter de Nero e sua entrega aos privilégios de sua vontade soberana. Suicidou-se por ordem do imperador que anteriormente jurara diante dos deuses não fazer-lhe mal.

2.2.3 Júlia Agripina

A filha de Germânico, Agripina, tornou-se especialmente importante e decisiva nos desdobramentos do governo de Cláudio. Mulher descrita como alguém com capacidade para transitar no ambiente político, ávida pelo poder e desprovida de escrúpulos para atingir seus propósitos, Tácito defende que as atitudes desumanas do imperador Cláudio seriam, invariavelmente, geradas pela articulação de Agripina junto ao príncipe ¹⁴³.

Com claras demonstrações de que tinha interesse em alavancar seu filho Nero à condição de sucessor de Cláudio, a imperatriz percebeu que deveria ultrapassar obstáculos e o primeiro deles seria preparar o filho moral e intelectualmente.

Na articulação de Agripina Nero foi adotado pelo imperador Cláudio no ano 50 d. C. e a seguir no ano 53 d.C. é instado a casar-se com Otávia, um casamento de objetivos interesseiros e que desagradava Nero. Preparo intelectual, adoção e finalmente a consolidação de laços familiares, Nero passou da condição de filho adotivo a genro do imperador.

As articulações de Agripina acabaram alcançando os objetivos iniciais. Poucos anos após a adoção política de Nero, para que as intenções de Agripina se concretizassem, seria necessária a vacância da posição de imperador e Cláudio foi

¹⁴³ TÁCITO. **Anales**. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro XII.

morto através de um envenenamento. Suetônio defende que não há dúvidas sobre a morte de Cláudio ter ocorrido através de um assassinato, todavia não é conclusivo quanto ao autor deste atentado: “A dúvida recai, porém, no que se refere ao lugar ou à pessoa que lhe tenha ministrado a droga mortífera. – Outros narram que o caso se registrou durante uma ceia doméstica, e que a própria Agripina foi quem misturou o veneno em um prato de cogumelos, aos quais muito apreciava”¹⁴⁴. Já Plutarco opta pelo caminho da afirmação categórica; “Claudio foi envenenado por sua mulher Agripina”¹⁴⁵. A veemência de Plutarco tem por meta evitar qualquer responsabilização pelo crime a Sêneca.

Tácito afirma que a ausência de Narciso, liberto de confiança do imperador, abriu a oportunidade para que a imperatriz, tomada pelo medo de represálias por parte do príncipe e a conseqüente destituição de seu filho Nero, passasse, não somente arquitetar, mas executar a morte do marido.

Outro suspeito do assassinato foi o próprio Nero, diz Suetônio: “Domício, iniciou-se como parricida e assassino, pois, caso não tenha sido o autor da morte de Cláudio, foi, ao menos, o cúmplice e não o dissimulava, uma vez que costumava elogiar, mais tarde servindo-se de uma expressão grega, como *um alimento dos deuses* os cogumelos que foram usados para *envenená-lo*”¹⁴⁶. A casa imperial foi, sem dúvidas, a responsável direta pela morte do imperador.

A morte de Cláudio representou o início do declínio e posterior desaparecimento da dinastia julio-claudiana. A demora no anúncio da morte de Cláudio, conforme se explica na obra “A Vida dos Doze Césares”, tinha o intuito de evitar tumultos ou reviravoltas políticas. Foi anunciado o falecimento de Cláudio apenas após estarem efetivados os detalhes de sua sucessão pelo filho político Nero.

Todavia, a distância entre a morte de Cláudio e o seu efetivo anúncio, onde, imediatamente o novo imperador é apresentado, trazem à baila especulações, afinal a sucessão caminhava para que Britânico, filho de Messalina, fosse inserido no testamento de Cláudio como o novo senhor de Roma e isto, efetivamente não foi o

¹⁴⁴ SUETONIO. **Claudius**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992

¹⁴⁵ PLUTARCO. **As vidas dos homens ilustres**. Tradução A. Allegre. São Paulo: Editora das Américas, Edição Francesa de 1819. Tomo 12º. XIV.

¹⁴⁶ SUETONIO. **Nero**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992

que aconteceu. Após o público anúncio da morte de Cláudio, Nero se apresentou diante dos pretorianos e à beira das escadarias do palácio, sob a observação da sociedade romana, o filho adotivo do *príncipeps* morto foi aclamado como novo imperador.

Se esta era a intenção, Agripina logrou êxito e conseguiu deixar de ser a esposa de um imperador e tornar-se a mãe do novo governante de Roma. Tácito menciona que, tanto Sêneca quanto o prefeito Buhro, viviam constantemente em conflito com Agripina para conter-lhe os impulsos pelo comando do império¹⁴⁷.

Observamos que Agripina se julgava capaz de sujeitar Nero sob a sua influência. No princípio do reinado de seu filho, de modo recorrente, Agripina esteve posicionada em ambientes onde pudesse ser vista ladeando o imperador e lhe oferecendo seus conselhos.

A postura de Agripina foi consentida por um período limitado, durante o governo de Cláudio e posteriormente em Nero. Tácito afirma que Agripina era uma mulher ambiciosa e que desejava o poder: “afã desmedido por ouro sob o pretexto de proporcionar recursos a aquele reinado”¹⁴⁸. Suetônio defende que o imperador, no final de sua vida, cansado das maquinações de Agripina, sinalizava haver se arrependido de seu casamento, principalmente por suas articulações para impedi-lo de declarar Britânico como seu herdeiro e não Nero. A avidez e insistência de Agripina por poder incomodou sobremaneira a seu filho que acabou por mandar matá-la.

2.3 OBJETIVOS DA “APOCOLOQUINTESE DO DIVINO CLÁUDIO”

“O homem feliz (...) é aquele para quem todo o bem reside na própria alma, é o homem sereno, magnânimo, que pisa aos pés os interesses vulgares, que só admira no homem aquilo que fez a sua qualidade de homem”¹⁴⁹.

¹⁴⁷ TÁCITO. **Anales**. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro XIII.

¹⁴⁸ TÁCITO. **Anales**. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro XII.

¹⁴⁹ SENECA. **Cartas a Lucílio**. Tradução, prefácio e notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

Se considerarmos em Sêneca características altruístas, defesa à equidade, serenidade nas ações, detentor de generosidade na alma e a repulsa ao que ele mesmo define como “interesses vulgares” chegamos a duvidar da autoria da *Apokolokintosis*. Todavia, após a morte do pai adotivo de Nero, sem nenhum pudor, Sêneca desqualifica o ex-imperador e expressa sua indignação, na tentativa acintosa de tentar transformar o *príncipe* em objeto de escárnio.

Objeto de divergentes interpretações sobre seu real significado o termo *Apokolokintosis* etimologicamente tem o sentido da transformação de algo ou alguém em abóbora, (bobo, sem intelecto) embora a palavra não seja nem ao menos citada no texto.

Percebemos que esta construção de Sêneca seria uma espécie de apoteose ao contrário¹⁵⁰. Pierre Levéque não concorda com a intenção de Sêneca de destruir a memória pública do imperador, diz: “Num panfleto terrível, Sêneca conta a transformação de Cláudio em abóbora em vez de deus e responsabiliza-se assim da reputação ridícula de um imperador inteligente e dedicado ao bem público”¹⁵¹. Se optarmos por concordar em sua plenitude com a explicação de Lèveque acabaremos por considerar duas variantes, que Cláudio era mais propenso a virtudes que aos vícios e que o escritor da *Apokolokintosis* transferiu para a história uma imagem tendenciosa e equivocada sobre este imperador.

Uma das opções para justificar a construção da *Apokolokintosis* seria uma mera vingança do filósofo pela leniência e incapacidade de Cláudio. Sêneca ficou exilado por oito anos e esta marca em sua história não foi encarada de modo positivo. Todavia, após todo o envolvimento com o tema percebemos que Sêneca perdeu espaço político também com Calígula, teve a vida ameaçada e foi obrigado a ausentar-se do senado, mas não se gastou em fomentar neste príncipe uma imagem ruim. Messalina foi peça fundamental para que o exílio acontecesse e certamente o filósofo teria uma contundente argumentação para criticar a imperatriz, todavia não o

¹⁵⁰ "Apokolokintosis" quer dizer exatamente "transformação em abóbora": apoteose significa transformação do homem em deus; portanto (de "colocynte", abóbora), transformação em abóbora. Mas, na realidade, na sátira, não se fala dessa metamorfose. Se a obra, como chegou até nós, é completa, "colocynte" é um bem apropriado apelativo de Cláudio ("abóbora, bobo, homem sem intelecto"). Sobre o título dessa obra e sobre suas finalidades, veja-se: G. D. Leoni, *Polêmicas Filológicas* (A "Apokolokintosis" de Sêneca — Polêmica Catuliana), São Paulo, 1950. NT 1.

¹⁵¹ LÉVÊQUE, Pierre. **Impérios e barbáries do século III a.C. ao século I d.C.** Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1979. P. 150.

fez, ao contrário tornou-a mais uma vítima do imperador e candidato a *divus*. Esta particularidade leva-nos a pensar que o interesse do dramaturgo poderia ser apenas político ou até literário.

Há também a possibilidade de interpretarmos que a descrição de Sêneca tenha sido fruto do interesse do filósofo em simplesmente agradar o imperador Nero, que ao longo de seu governo precisava firmar-se como soberano autônomo e independente do legado de seu pai adotivo, Cláudio.

Na obra de Sêneca alguns deuses, como o próprio Hércules, também são apresentados com menor dignidade que a esperada, carregados de defeitos e sentimentos como medo e dúvida, todavia a origem da limitação do deus se apresentaria no momento do encontro deste com Cláudio, mais uma oportunidade para zombar do príncipe.

Então Júpiter manda chamar Hércules, que viajara pelo mundo inteiro e devia conhecer todos os povos; e lhe pede que investigue a raça daquele sujeito. Hércules, à primeira vista, sentiu grande medo, como se ainda não tivesse acabado de lutar contra os monstros. De fato, logo que viu aquele focinho nunca visto, aquele modo de andar tão esquisito, e ouviu aquela voz rouca e inarticulada, que não era de animal terrestre, mas parecia-se com a dos monstros marinhos, pensou: "Não acabei: eis meu décimo terceiro trabalho!"¹⁵²

Após sua morte, nos deparamos com narrativa sobre a viagem inaugural de Cláudio como candidato a habitar no reino dos deuses romanos visando tornar-se um deles. É possível adjetivar tal descrição como uma crônica coberta de escárnio e chocarrice. A proposta de Sêneca é similar a de Nero que, conforme afirma Suetônio: "Não perdia nunca a oportunidade de ultrajar a memória do seu antecessor, acusando-o de estupidez, ou então, de crueldade". Observamos, porém que a obra de Sêneca se constitui numa verdadeira tentativa de devastação para a imagem do imperador. Não são poupados adjetivos para formar na mentalidade do leitor a ideia de alguém que fora indigno em vida e continuava nesta condição após a morte.

Exalou o último suspiro enquanto assistia a um espetáculo de comediantes: eis a razão pela qual gosto de estar longe desta gente. As últimas palavras que ele pronunciou entre os homens (depois de ter soltado um som, mais

¹⁵² SÊNECA. **A Apocoloquiose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992.

alto que de costume, pela parte do corpo que se exprimia mais eloqüentemente) foi esta: “Ai de mim, acho que me sujei”. Se era verdade, não sei: o que é certo é que ele sempre se sujou em qualquer lugar.¹⁵³

O *princeps* Cláudio, apresentado nesta odisséia senequiana, enfrenta o desafio de comparecer diante de seus juízes, neste caso os demais deuses, ocupantes do panteão celeste, sem sua guarda pessoal, sem a opção de refutar e punir opiniões contrárias, desprovido de todo tipo de bajulação, enfim os privilégios que gozara em vida. Vivera os últimos quatorze anos como homem mais poderoso de todo o império, rodeado de serviçais precisa enfrentar seu destino como morto: “Não é bonito que uma pessoa, a qual até agora viu tantos milhares de adutores ao seu redor, diante, atrás, por todos os lados, de repente fique sozinha”¹⁵⁴. O senhor do mundo dos vivos não era na mesma proporção poderoso a ponto de distinguir-se diante dos deuses.

Há no réu a apresentação de um comportamento carregado de estupidez, impotência e temores, desvendados numa linguagem teatral. O termo “idiota” é usado de modo escancarado e com propósito de humilhar Cláudio. Erhardt afirma que este libelo, visando macular os funerais do *princeps*, foi uma “clara vingança ao mandatário que o enviara ao exílio na Córsega”¹⁵⁵.

Declamou com muita alma e decisão; todavia não se sentia completamente sossegado, esperando sempre os “raios do idiota”. Mas Claudio, vendo um adversário tão maciço, deixa de lado a conversa fiada, compreendendo que, se em Roma ninguém podia vencê-lo, ao contrário, ali não gozava do mesmo privilégio: um galo é dono só da sua estrumeira.¹⁵⁶

Cláudio é inserido num ambiente onde não passa de um ser inferior e fadado ao fracasso. Sêneca descreve o panteão como um espaço de debates, onde são observados e julgados os procedimentos de um morto e candidato a *divus*, neste

¹⁵³ SÊNECA. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992.

¹⁵⁴ SÊNECA. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992.

¹⁵⁵ EHRHARDT, Marcos. **O arquiteto do social: Sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do principado a partir da *historia magistra vitae***. Tese de Doutorado. UFPR: Curitiba, 2008. P. 27.

¹⁵⁶ SÊNECA. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992.

caso o imperador Cláudio, sobre quem o autor descarrega toda sua fúria, abordando seus problemas físicos, tanto os públicos quanto os que eram de foro íntimo. A capacidade intelectual do imperador é submetida a ácidos e maldosos questionamentos. O quadro descrito é de um confronto, pelos erros cometidos em vida e a conseqüente punição pelos mesmos.

A partir da morte de Cláudio, a voz outrora contida de Sêneca é totalmente liberada proporcionando ao preceptor de Nero produzir a *Apokolokintosis*, um ataque pessoal e direto ao falecido imperador com o intuito de macular a memória de sua existência. Sêneca, conforme já mencionado, expressa em seu discurso a vingança pelos oito anos que esteve, principalmente pela leniência de Cláudio, exilado na Córsega. Nesta obra havia claramente o intuito de immortalizar uma postura inapropriada de Cláudio, além de impingir no imperador a marca de alguém que em sua vida teria sido injusto, débil, inábil e principalmente mau. Tácito afirma que quando o novo imperador, Nero, no elogio fúnebre pronunciado no Senado, lembrou a sabedoria de Cláudio, entre os presentes houve risadas ¹⁵⁷.

Pelas características expostas, a descrição do julgamento de Cláudio no panteão dos deuses para tornar-se *divus*, foi uma construção absolutamente jocosa e como menciona Erhardt, “um texto ácido e irônico ¹⁵⁸” da parte de Sêneca “*Apocoloquintose do Divino Claudio*” objetivando justificar os que, em sua concepção, foram penalizados pelo imperador.

Certamente atento às conseqüências de sua obra sobre a imagem do novo imperador, Sêneca não suavizou suas críticas a Cláudio. A historiadora Luciana Munhoz Ômena explica que este tipo de literatura satírica, de tom popular e humorístico compunha uma tradição romana de censurar após a morte pessoas que tiveram em vida destaque na sociedade ¹⁵⁹. O imperador Cláudio foi fartamente abarcado nesta tradição.

Especialmente em Sêneca a forma como Cláudio é apresentado visa promover uma comparação com o novo príncipe de Roma, Nero e tentar deixar claro

¹⁵⁷ TÁCITO. **Anales**. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992. Libro XIII, 3.

¹⁵⁸ EHRHARDT, Marcos. **O arquiteto do social: Sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do principado a partir da *historia magistra vitae***. Tese de Doutorado. UFPR: Curitiba, 2008.

¹⁵⁹ ÔMENA, Luciana Munhoz. **A Apocolocytoses de Sêneca. Uma alusão à troca de favores em Roma**. História Revista: 10, São Paulo, 2005. P. 364.

para todos os leitores que agora o império estaria em mãos muito melhores e mais preparadas que as anteriores. O falecido imperador é apresentado como dono de uma imbecilidade latente e sua morte representaria um alívio para o muno romano, um período de alegria.

Os acontecimentos que se passaram nos céus durante o dia treze de outubro, primeiro ano de uma nova era de felicidade, eis o que quero transmitir à história. E sem ressentimento nem simpatias. Aqui será apresentada a verdade: se por acaso alguém me perguntar de onde tirei estas notícias tão exatas, em primeiro lugar, se não tiver vontade, não responderei ¹⁶⁰.

A *Apokolokintosis* do Divino Cláudio segue o roteiro de uma assembléia senatorial romana, inclusive atendendo aos protocolos próprios de debates que ocorriam na instituição e em dado momento os deuses são chamados de senadores. Há uma pretensa isenção por parte dos deuses, instados por Júpiter a julgar sem fazer acepção a quem seria o candidato:

“No fim, Júpiter lembra-se de que nem aos deuses é consentido, enquanto estiverem pessoas estranhas na Cúria, apresentar e discutir propostas. — Eu — assim fala —, ó senadores, vos dei licença para pedir explicações; mas aqui, agora, é uma verdadeira balbúrdia. Quero que seja observado o regimento interno da Cúria. Qual será a opinião que de nós poderá ter este sujeito, quem quer que seja”¹⁶¹

A discussão entre os deuses visava definir os rumos do imperador morto em sua jornada após a vida e Augusto torna-se o maior algoz do candidato a *divus*. Os detalhes visuais e os diálogos foram construídos com convicção e propósitos de real convencimento. Embora apresente características de mágoa Sêneca defende que escrevera livre de “ressentimentos” ¹⁶².

Acusado de, em vida, executar a trinta e cinco senadores, também duzentos e vinte e um cavaleiros, além de amigos, auxiliares, desafetos e até familiares. As duras palavras pretensamente ditas pelo próprio Augusto deixam claras que mesmo

¹⁶⁰ SÊNECA. *A Apocoloquintose do Divino Cláudio*. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992.

¹⁶¹ SÊNECA. *A Apocoloquintose do Divino Cláudio*. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992.

¹⁶² SÊNECA. *A Apocoloquintose do Divino Cláudio*. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992. I, 1.

a morte de Messalina seria um crime. Cláudio é julgado e condenado a “brincar com os dados, mas usando um copo sem fundo” ¹⁶³. Este castigo seria uma espécie de triunfo da inteligência de Sêneca sobre a tolice de Cláudio que tanto irritava o filósofo.

E quantas vezes quis jogá-los do copo sonoro, ambos os dados pelo seu fundo furado escapavam e quando, novamente reunidos, ousava jogá-los, sempre pronto a brincar, sempre pronto a pegar os seus dados; ficou desiludido: os dados lhe fogem das mãos, perenes traidores, escapando às ocultas, distantes. Assim, quando está para chegar sobre o cume do monte, escapa-se das costas de Sísifo o inútil penedo.¹⁶⁴

Assim como há a crença da transformação de alguém em *divus*, uma deificação, a proposição de Sêneca é a transformação de Cláudio, não simplesmente em uma “abóbora”, afinal a palavra nem ao menos é citada no texto, mas a ideia central seria propor um paralelo, onde o nível de consideração dos deuses por Cláudio seria o mesmo despendido ao legume, uma chacota generalizada.

É interessante lembrar que noutras circunstâncias o tratamento dado por Sêneca ao *príncipeps* não foi outro senão a bajulação e a pompa, como exemplo podemos citar a *Carta Consolatória a Políbio*. Na carta endereçada a Políbio o filósofo tentando ser liberto do exílio através da influência de seu destinatário, secretário do imperador responsável pela seleção de suas correspondências, chega a comparar Cláudio a Otaviano Augusto e neste paralelo adjetivar positivamente o imperador ¹⁶⁵.

Nesta obra o filósofo agrega dois propósitos, consolar Políbio e tentar alcançar o favor de Cláudio para finalmente sair do exílio. Há um cunho bajulador, capaz de envaidecer o imperador. A maneira como Sêneca cita o atual César e apresenta os eventos nos quais ele estaria envolvido revelam um governante digno de ser senhor do mundo. A conquista da Britânia é celebrada como um triunfo digno da tradição familiar do imperador.

¹⁶³ SÊNECA. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992.

¹⁶⁴ SÊNECA. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992. I, 1.

¹⁶⁵ SÊNECA. **Consolação a Políbio**. Tradução Cleonice F. M. Van Raij. Campinas: Editora Pontes, 1992.

Há citações que adjetivam Cláudio como a uma divindade e cuja existência justificaria a continuidade da vida de Políbio e de todos os cidadãos romanos. Cláudio é apresentado como modelo a ser seguido e alguém que está acima das fragilidades humanas, um digno sucessor de César e Otávio: “Não te é lícito chorar para que possas ouvir a muitos que choram – e desejam obter misericórdia do mais brando dos Césares”¹⁶⁶.

O leitor desavisado poderia pensar que o Cláudio descrito na *Carta Consolatória* não é o mesmo da *Apokolokintosis*, todavia os diferentes momentos históricos vividos pelo autor podem nos indicar algumas respostas. Em vida o imperador representava perigo para Sêneca e morto apenas a memória das qualidades do *príncipeps* e seus admiradores poderiam configurar uma ameaça.

Na *Apokolokintosis* a figura de Augusto é rememorada sob a égide da confirmação de seus atos como merecedores da mais elevada nota e em seu discurso há numa espécie de subjetividade conceitos e ceticismos que seriam do próprio Sêneca, como o descrédito com o poder. Após um período sem se pronunciar e percebendo que a divinização seria aprovada o divino Augusto parte para uma seqüência de ataques e desenvolve um argumento onde Cláudio desmerecesse suas conquistas.

Para isso procurei na terra e no mar a paz? Para isso acabei com as guerras civis? Para isso consolidei a Urbe com as minhas leis. dei-lhe decoro de obras públicas, a fim de que... Ó senadores, nem sei o que devo dizer: qualquer palavra é nada para manifestar a minha indignação. Não me resta senão recorrer à célebre frase de Messala Corvino, homem de alta eloqüência: tenho vergonha do poder!

No contexto deste julgamento mítico, Sêneca expõe a biografia de Cláudio sob o viés de seu repúdio ao imperador que falecera. A partir de fatos que, aos olhos de Sêneca, marcaram negativamente a trajetória do imperador, o mesmo é execrado por seus defeitos físicos, hábitos fisiológicos, glotonaria e licenciosidade.

Há acusações ainda mais contundentes no discurso de Sêneca, principalmente quando se refere aos julgamentos ilícitos e injustos por parte do imperador, que se apressava em julgar e pendia geralmente para atender aos interesses do que estivesse presente em detrimento dos ausentes.

¹⁶⁶ SÊNECA. **Consolação a Políbio**. Tradução Cleonice F. M. Van Raij. Campinas: Editora Pontes, 1992. VI, 5

O escárnio adentra as questões morais e familiares. Messalina é lembrada por seus casos adúlteros, todavia Agripina não é citada nominalmente. Por fim, há um destaque bastante relevante a todos os assassinatos feitos sob orientação de Cláudio. A quantidade de senadores e cavaleiros mortos é mencionada literalmente para proporcionar mais consistência a todas as acusações ¹⁶⁷.

Há ainda uma comparação com Calígula que visa conduzir a imagem de Cláudio ao mesmo patamar de um imperador que ficou para a história romana como um desequilibrado, imoral e criminoso. Além disto, a crítica objetivava apresentar um imperador incapaz de ser criativo, apenas imitara o antecessor.

“E sempre perseguiste o teu predecessor Calígula, também depois de morto. Calígula matou o sogro; Cláudio também o genro. Calígula não quis que o filho de Crasso fosse chamado Magno; Cláudio lhe devolveu o nome, mas lhe tirou a vida. Nesta família, matou Crasso, Magno e Escibônia: três patetas, mas nobres; e Crasso era tão bobo que até podia ser imperador”.

Percebemos então que a meta de Sêneca era deixar claro que o falecido imperador não seria digno de confiança e muito menos de tornar-se um deus. “Um deus e quem poderá adorá-lo? Quem terá confiança nele? Se criardes deuses como este, ninguém acreditará que vós mesmos sois deuses”. Não permitir a hipótese de Cláudio poder ser posto em igualdade com as divindades romanas acabou compondo a principal proposta do libelo de Sêneca.

¹⁶⁷ As fontes revelam que Cláudio matou trinta e cinco senadores e trezentos cavaleiros.

3. SERIA CLÁUDIO UM DEUS?

Inserimos no título deste capítulo uma espécie de provocação ao leitor. Poderia Cláudio ser um deus? É evidente que esta pergunta não tem conotação religiosa, afinal seria inviável mensurar ou tentar responder no âmbito da crença de uma sociedade específica. Ao longo desta pesquisa pudemos perceber com clareza que em Roma a idealização de religião estava circunscrita a perspectivas políticas e cívicas.

Ao pensarmos em Cláudio não podemos esquecer que ele nasceu em uma família nobre e poderosa, tornou-se manco e era acometido de gagueira, foi desprezado pela família e chegou ao poder com mais de cinquenta anos de idade. Sua condução ao trono do império ocorreu através de um conjunto de acontecimentos inesperados, inclusive para ele, que culminaram com a morte do antecessor e sobrinho Calígula.

Foi casado por quatro vezes, com três das esposas teve filhos. Especialmente num destes matrimônios teve ameaçada sua integridade física e seu governo, noutro acabou realmente morto. Governou à sombra do grande Augusto e do desequilibrado Calígula. A respeito do *princeps* Cláudio lemos nas fontes que foi competente, injusto, inteligente, cruel, gentil, zeloso, popular, centralizador e fraco, adjetivos que tentaram qualificar o imperador e sua personalidade.

A Apocoloquintose expressa com severidade o questionamento sobre a divinização de Cláudio e a qualifica em sua argumentação como injusta tal honraria ao imperador morto. Acreditamos que a melhor forma de abordar a apoteose de Cláudio não tem ligação com o senso de justiça de Sêneca, mas ao jogo político. Seria, portanto interessante conceder a Cláudio o título de *divus* ou seria uma temeridade?

Otávio, principal precursor do principado e da dinastia Julio-claudiana agregou o vínculo familiar às suas ações como imperador. Promoveu guerras e punições para justificar a morte de seu tio Julio César: “alguns autores citam que, dentre os prisioneiros, escolheu trezentos, das duas ordens, e os imolou como vítimas, nos idos de março, em altar erguido ao divino Júlio”¹⁶⁸. Ao suceder Julio César fez-se

¹⁶⁸ SUETONIO. **Augustus**. In: Vida de los Doce Césares, Editorial Gredos, Madri, 1992

filho de um deus e instaurou a primeira etapa dinástica imperial com a adoção de Tibério para ser seu sucessor e impôs uma relativa serenidade interna chamada de “*Pax Romana*”.

O historiador Moses Finley afirma que “a escolha daqueles que governam e o modo como governam dependem da estrutura da sociedade”¹⁶⁹, isto nos remete à ideia de as contingências sociais, econômicas e políticas delinearem os rumos de um líder ou modelo de governo. Otávio após eliminar seus adversários tornou-se o grande general vitorioso, o venerável e Augusto imperador que governou por mais de quarenta anos e fez-se o modelo em torno da idealização do que representava ser romano, alguém que vence seus desafios e impõe a paz através de suas conquistas.

A partir de adjetivos que compunham a postura do imperador divinizado deveria ser possível compreender, dentro da dicotomia vício e virtude, quais as características que dignificavam o *príncipeps* a ponto do mesmo alcançar a condição de ser reconhecido como *divus*, todavia o que se encontra não é um conjunto de valores que justificassem um merecimento, mas um emaranhado político e de interesses pelo poder.

A discussão sobre a imagem de um imperador e a formação da mesma perpassa a questão da moderação, ou seja, a concepção de um governante ideal, que equilibra seus vícios e suas *virtutis*. Segundo Gervás¹⁷⁰, as virtudes contêm um teor essencialmente moral e filosófico, assim sendo um indivíduo virtuoso significava também alguém superior, capaz de subjugar seus interesses e paixões pessoais, decidido a oferecer sua vida por um objetivo maior que seu conforto, que passa a viver para favorecer os cidadãos do império, uma postura altruísta e que o colocaria acima das pessoas comuns, portanto diferenciado.

O trabalho de crítica às fontes abarcadas nesta pesquisa e seus autores nos remetem a percepção de um corporativismo político, assim o que faria de alguém um virtuoso imperador no registro histórico não seriam suas boas atitudes como governante, mas a quantidade de interesses atendidos. Os diferentes extratos

¹⁶⁹ FINLEY, Moses. **A política no mundo antigo**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.

¹⁷⁰ GERVÁS, Manuel J. Rodrigues. **Propaganda Política Y Opinión Pública em los Panegíricos del Bajo Imperio**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991.

sociais disputavam a atenção do imperador e se esmeravam para alçar influência sobre o César.

A articulação política praticada durante o Principado visava prover condições para a sustentação e legitimação do sistema de governo e do próprio *princeps*. Não poderia estar na posição de governante alguém que não fosse alçado para lá de modo lícito e nos interesses da *res publica*.

Embora fosse relevante a atuação do governante para a manutenção da ordem interna bem como impedir problemas externos, o tripé construído sobre a política, dinheiro e a guerra eram as verdadeiras balizas que mantinham o imperador e seu poder mesmo diante de erros e acertos. Os senadores, as famílias de tradição e as legiões, no âmbito de seus interesses, sustentavam o *princeps*.

Cada historiador, inclusive os clássicos, quando inserido numa pesquisa para a compreensão da política num determinado recorte temporal acaba impulsionado a descrever um modelo de governante ideal e sob sua ótica elaborar a construção de sua memória para a história. Características como justiça, moral, zelo com a população, capacidade militar, empreendedorismo, administração, popularidade e estabilidade emocional são sempre esperadas no governante apresentado, qualidades que poderiam ser definidas com apenas um conceito, moderação. Ser moderado representava o desenvolvimento de um governo sem sobressaltos morais e uma administração cercada de bom senso.

Ehrhardt discorre sobre a construção da imagem de um governante ideal na percepção de Sêneca¹⁷¹, e, segundo ele, no entendimento do filósofo o melhor para um imperador seria agir sob a tutela da moderação e da ética, além de ser dotado da *humanitas*.

As reflexões de Sêneca sobre o governante ideal certamente compõem uma contraposição às características de Cláudio na *Apokolokintosis*. A figura execrada de Cláudio na *Apokolokintosis* é de um governante muito distante em suas práticas, da esperada moderação. Corroborando com esta ideia afirma Ricci: “Os personagens, pois, senequianos são construções da doutrina moral do seu autor. Escondem-se

¹⁷¹ EHRHARDT, M. **Vir Virtutis: A construção do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Sêneca**. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2001.

debaixo de nomes, de acontecimentos e enredos gregos, porém, fixam ideais que o poeta desejaria encontrar realmente existentes na sociedade”.¹⁷²

Julgamos importante salientar que nos embates ocorridos no mundo dos deuses há uma descrição dos aspectos falhos e temperamentos exacerbados dos deuses em defesa de suas teses sobre Cláudio.

3.1. CLÁUDIO E SUA PUNIÇÃO

Aparentemente, Sêneca quer fazer os leitores da *Apokolokintosis* perceberem no exemplo de Cláudio o que representava vivenciar um julgamento e a posterior condenação. Observa-se que, no trato com a justiça, sendo julgado pelos deuses Cláudio acaba por entender quão complicado era ser julgado por alguém despreparado, tendencioso e que detinha consigo o destino de um réu, como ele mesmo muitas vezes tivera e na visão de Sêneca fora sempre parcial, influenciável e injusto, muitas vezes ouvindo apenas uma das partes e não franqueando ao réu a oportunidade de defesa.

No âmbito político a divinização de Cláudio ocorreu dentro do que se esperava e atendeu a toda a legalidade deste ritual. Suetônio revela entre os primeiros atos de Nero a apoteose de Cláudio: “Das honrarias passou às demonstrações de piedade, concedendo a Cláudio magníficos funerais. Pronunciou seu elogio e procedeu a sua sagração”¹⁷³. É importante lembrar que o discurso de Nero foi escrito também por Sêneca.

Independente do que se acredita no aspecto religioso, afinal este não é o objeto desta pesquisa, após um mergulho nos argumentos dos autores que retrataram o principado e em especial o imperador Cláudio imagina-se a possibilidade de concordar ou não com o vitupério ao qual Sêneca expôs o imperador morto. Concordamos com a imperiosa definição que o trabalho do pesquisador em relação a suas fontes não seja necessariamente de concordância ou discordância, mas apenas de conhecê-las e criticá-las.

¹⁷² RICCI, Ângelo. **O teatro de Sêneca**. Porto Alegre: Centro de Arte Dramática, 1967, p. 25.

¹⁷³ SUETONIO. **Nero**. In: *Vidas de los doce Césares*: Editorial Gredos, Madri, 1992

Além do intenso jogo político e de variados interesses na divinização do César falecido, também se apresentam nas fontes virtudes capazes de construir um príncipe merecedor da apoteose. Especialmente na discussão sobre Cláudio os defeitos inseridos por Sêneca na *Apokolokintosis* tentam mostrar que o imperador morto não merecia estar entre as divindades romanas e a assembléia dos deuses descrita na obra mostra que os vícios foram de modo abundante, maiores que quaisquer qualidades.

Podemos entender também que Sêneca julgava necessário estabelecer modelos a serem seguidos e em Cláudio, a seu ver, não existiam qualidades a serem observadas. “Se para ganhares coragem necessitas de exemplos, não custa muito arranjá-los: em qualquer época os há com abundância”¹⁷⁴.

Percebemos que Sêneca pretendeu usar um recurso diferente para propagar uma imagem positiva de Nero. Uma investida inversa em relação as que outros imperadores fizeram em relação a seus antecessores, transformou-o no filho de uma pessoa que “se sujava sempre”¹⁷⁵, alguém incapaz de controlar nem ao menos suas necessidades fisiológicas mais rudimentares.

Otávio, o grande modelo e soberano por excelência para o filósofo, optou por tornar-se o filho de um deus, Julio César, e assim legitimar sua autoridade e seu papel como imperador. Sêneca escolheu apresentar Nero como filho de um “idiota”¹⁷⁶. Um ser desfigurado e incapaz, este era o Cláudio que Sêneca queria deixar no imaginário de seus leitores.

Suetônio descreve que aos sessenta e quatro anos de idade e após catorze de governo Cláudio foi morto, sepultado com todas as homenagens e inserido no panteão dos *divus* romanos¹⁷⁷. “Seus funerais foram efetuados com a pompa

¹⁷⁴ SÊNECA. **Cartas a Lucílio**. Tradução, prefácio e notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

¹⁷⁵ SÊNECA. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992. VIII, 3.

¹⁷⁶ SÊNECA. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992. VIII, 3.

¹⁷⁷ “O morto não é proclamado deus, mas somente *divus* (divino); não é deificado, mas divinizado(...). Não impede, todavia, a edificação de um templo ao novo *divus* e a instituição, para o serviço de seu culto, de um novo colégio sacerdotal com seu nome” (Aymard; Auboier, 1976:45) In: EHRHARDT, M. **Vir Virtutis: A construção do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Sêneca**. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2001. P. 51

habitual usada para os imperadores e o incluíram no número dos deuses”¹⁷⁸. Contrariando a afirmação de Suetônio, Sêneca afirma na *Apocoloquintose* que nos funerais do imperador o povo festejava o passamento dele como se desejasse sua morte.

Há uma clara diferença de descrição nos dois relatos. Convergem na questão da grandiosidade do funeral, Suetônio com seu estilo conciso e Sêneca potencializando ao máximo os detalhes, as honrarias e a grandiosidade do cortejo mortuário.

Enquanto desciam pela Via Sacra, Mercúrio pergunta o porquê da aglomeração de gente: seria o enterro de Cláudio? Era o mais esplêndido enterro de todos os séculos; e organizado nos mínimos pormenores: compreendia-se bem que era o enterro de um deus. Tão grande era o número dos flautistas, dos corneteiros, de todos os tipos de tocadores, tão grande era o barulho que até Cláudio o podia ouvir¹⁷⁹.

Todos os elementos de uma grande celebração de divinização parecem estar presentes, como a procissão, as músicas, a ostentação e a inserção do imperador nos céus, através de uma viagem de sua alma que teria sido presenciada por romanos que estavam presentes na solenidade.

Parece contraditório o fato de Sêneca descrever o evento como “um enterro de um deus”, todavia o reconhecimento da pompa, e a posterior destituição da divinização vêm carregadas do intuito de deixar ainda mais ácidas as críticas a Cláudio. “Todo o mundo estava alegre, em festa: o povo romano passeava, sentindo-se livre”¹⁸⁰. Sêneca descreve o povo durante os funerais do *princeps* com termos como “alegre”, “em festa” “sentindo-se livre”, percebe-se uma nítida intenção em transformar aquele momento de luto em celebração para o povo romano, mais uma vez a ideia era valorizar mais a chegada de um novo governante ao poder que a tristeza pela saída do anterior.

¹⁷⁸ SUETONIO. *Claudius*. In: *Vidas de los doce Césares*: Editorial Gredos, Madri, 1992

¹⁷⁹ SÊNECA. *A Apocoloquintose do Divino Cláudio*. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992. XII, 2.

¹⁸⁰ SÊNECA. *A Apocoloquintose do Divino Cláudio*. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992. XII, 2.

Observa-se uma contradição entre as descrições de Suetônio e Sêneca, nela não há preocupação em apresentar o espírito das pessoas em face daquele sepultamento, apenas um breve discorrer sobre da morte do imperador ter ficado sob sigilo até que todos os trâmites da sucessão estivessem definidos e postos em prática. “Permaneceu encoberta sua morte ate que tudo estivesse arranjado com relação ao seu sucessor” ¹⁸¹.

¹⁸¹ SUETONIO. *Claudius*. In: Vidas de los doce Césares: Editorial Gredos, Madri, 1992.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas sobre mundo clássico e, especificamente sobre o universo romano, têm se mostrado bastante profícuas, principalmente pela condição de transformar um trabalho, que poderia ser apenas biográfico, em uma discussão profunda sobre aquela população e suas percepções de sociedade. O legado romano para história está repleto de princípios políticos, militares, artísticos, filosóficos e jurídicos que são importantes para as sociedades em diferentes tempos históricos, bom como para a historiografia em geral.

Compreender a Apoteose Imperial e a veneração que se propunha aos imperadores mortos se apresenta como um interessante instrumento para fomentar o conhecimento histórico. Foram elementos integrantes de um sistema político e de poder que duraram alguns séculos e fundamentaram um império de fronteiras extensas.

Uma estrutura propagandística em favor de um governo centralizado e organizado sobre a figura de um príncipe que balizava sua condição de poder sobre os meios políticos, militares, financeiros e de expansão territorial. É fato que o desenrolar do principado não foi linear, houve variantes causadas pela postura de cada imperador, assim como divergências políticas. Há que se lembrar o ano em que quatro imperadores revezaram-se no poder romano, uma curta duração para cada governante.

Esta foi uma reflexão elaborada, essencialmente, na leitura e interpretação das fontes para promover uma visão mais abrangente de aspectos específicos de uma sociedade que se reinventava e ganhava novos contornos neste recorte temporal, da fragilização e inevitável queda da república e ao final da primeira dinastia do principado.

Para tornar possível o diálogo com estes autores foi necessária uma reflexão sobre, suas fontes, tempo histórico, ambiente político, interesses pessoais de cada escritor e método adotado para suas descrições. Este viés interpretativo nos remete a uma idéia de causalidade e efeito. A partir destas condicionantes pudemos compreender, de forma mais coerente, e através de elementos pontuais, presentes nas obras pesquisadas os encaminhamentos que envolviam a divinização imperial.

A temática central desta pesquisa buscou centralizar seu olhar especialmente no personagem, Cláudio, seu detrator Sêneca e o ritual de divinização e posterior satirização sobre a imagem do imperador falecido. Ao observar o conjunto de virtudes e vícios que compuseram a historiografia de Cláudio foi possível perceber algumas causas que justificariam o interesse das fontes de impingir sobre ele uma imagem ruim e até uma minimização de suas ações como governante de Roma por quatorze anos.

Os vícios e as virtudes de Cláudio detectados nas fontes, considerando o teor moral que se espera num imperador romano, têm uma relação mais voltada para o âmbito pessoal que de trabalho propriamente dito. Tentar retratar Cláudio a partir de todas as leituras e em nossa percepção leva-nos a vê-lo num equilíbrio entre seus aspectos negativos bem como os positivos.

Foi acusado de incompetência para governar ou subserviência aos desejos de suas esposas e seus libertos, ausência de etiqueta, injustiça para dar veredictos corretos às demandas que se lhe apresentavam, assassinatos ou finalmente o uso desmedido da força que estava a sua disposição pelo fato de ser o monarca, defendemos que seja plenamente possível perceber contundentes virtudes em Cláudio.

É impossível não mencionar que as fontes também equilibram os aspectos positivos de Cláudio como imperador. Um político com capacidade relacional e eficaz na organização militar, dois elementos fundamentais num império de grande extensão. Empreendeu melhorias na capital do império e administrou de modo a conseguiu captar o apoio popular. Um imperador versado e interessado no abastecimento da cidade.

O balanço entre os aspectos positivos e os negativos neste príncipe nos oportuniza conhecer alguém que poderia se enquadrar de modo bastante regular quando comparado a outros imperadores. É possível encontrar nas fontes, inclusive sobre Augusto, citações sobre injustiças que tenha cometido, também são encontrados nos imperadores menções ao tanto que eram bajulados e isto, sem dúvidas, é inerente aos que estão investidos de algum tipo de poder. Certamente não era possível encontrar em Calígula algum tipo de etiqueta, ou respeito quer por pessoas ou instituições. Nero, ao incendiar Roma, também usou de forma completamente desmedida a força de sua função. Encontramos em Tibério uma

postura de instabilidades, aceitou a investidura imperial após muita insistência, ausentou-se de Roma para a Campânia após a morte de seus filhos.

É conveniente opinar que, ao cercar-se de libertos para compor a máquina administrativa imperial, Cláudio fortaleceu todo tipo de inquietação daqueles que, pretensamente, não foram selecionados para corte. Se observarmos que os que poderiam sentir-se como auxiliares mais preparados seriam os senadores e as fontes que chegaram até nós são fruto do ambiente senatorial, possivelmente marcado negativamente por não terem sido atendidos em suas pretensões.

Especificamente analisando a sátira de Sêneca não paira dúvidas sobre a visão estritamente voltada para os erros do imperador. Há que se lembrar o fato de Sêneca como dramaturgo ter carregado a tinta nos discursos que lembravam os embates no senado em torno de uma decisão que para ele já estava tomada, Cláudio, o idiota, jamais seria deus.

Desde sua gênese o autor defende que a ausência de Cláudio proporcionaria o início de “uma nova era de felicidade”. Afirma ainda que a partir da morte do imperador, ele, Sêneca, assim como o povo romano receberam a liberdade. Talvez liberdade do período onde a aristocracia romana foi colocada à margem do poder pela influência dos libertos na corte.

Uma das opções para justificar a construção da Apocoloquintose seria uma mera vingança do filósofo pela leniência e incapacidade de Cláudio. Outro aspecto a ser observado seria a valorização da figura de Nero como uma renovação política frente a um passado ruim também é uma vertente forte, uma vez que Sêneca julgava que seria capaz de manter seu aluno, o novo imperador sob a égide de seus conhecimentos e convicções filosóficas. O que se viu a *posteriori* foi o desmoronamento de suas pretensões.

Uma perspectiva interessante se abriu durante a pesquisa, a questão da imagem e da recepção. A construção da imagem de alguém é intrinsecamente vinculada aos seus receptores, afinal estes podem ser ao mesmo tempo formadores de opinião. O universo romano contemporâneo a Cláudio e Nero era formado por uma camada considerável de pessoas sem instrução e que simplesmente compunha a massa dominada, como escravos e plebeus. O segmento dominante era menor, mas relevante, possivelmente a esta população aristocrática Sêneca endereçava sua novela.

Se a decisão de tornar o imperador Cláudio, por tudo o que foi lido, dependesse do voto deste pesquisador, este príncipe seria, sem dúvidas, mais um integrante do panteão dos deuses romanos.

APÊNDICE

Reescrevo a seguir, de forma sistemática, alguns poucos trechos que as fontes mencionam sobre o imperador Cláudio e seu modo de agir. É possível perceber nas fontes uma figura paradoxal, em alguns momentos um homem admirável e noutros alguém repugnante.

As *uirtutes* eram sempre esperadas para se agregar à imagem e ideologia do governante do mundo romano, percebemos no diálogo com as fontes que nem sempre esta expectativa era atingida e os vícios se manifestavam para a devida contraposição.

Há que se extrair, a partir da dicotomia vício e virtudes, em alguns momentos idealizações bastante radicais, principalmente em Sêneca. Percebemos que os elementos que poderiam compor o arcabouço de argumentos que conduziriam Cláudio ao *status* de divindade ou a impossibilidade de tornar-se membro do panteão dos deuses romanos estão presentes nas fontes tornando sua divinização algo factível naquele contexto.

Cláudio, em nossa pesquisa, não mereceria relevância negativa frente aos demais príncipes romanos. Evidentemente que há outras relações e dimensões para a construção dos apontamentos sobre vícios e as virtudes do imperador Cláudio, todavia em nossa percepção há que se salientar o fato deste príncipe estar sob o efeito do poder e isto certamente delinearía as ações de qualquer pessoa em qualquer tempo histórico.

VÍCIOS	VIRTUDES
<p>INSTABILIDADE</p> <p>Durante sessenta e quatro anos ele brigou com a própria alma.</p> <p>Também exerceu a censura, interrompida durante um longo tempo, desde os censores Planco e Paulo. No entanto, desempenhou com a mesma diversidade de humor e conduta.¹⁸²</p>	<p>CONQUISTAS</p> <p>Somente uma única expedição foi realizada por ele e, assim mesmo modesta. Foi quando o senado lhe conferiu os ornamentos triunfais. Uma vez que considerasse esta distinção inferior à majestade imperial e desejasse a honra de um triunfo real, escolheu adquiri-lo na Britânia, em que ninguém ainda pusera o pé, desde o divino Julio, e que se sublevara¹⁸³.</p>
<p>PARCIALIDADE</p> <p>De forma fácil pronunciava-se a favor dos presentes contra os ausentes, sem verificar se esta ausência era voluntária ou imperativa.</p>	<p>CULTO</p> <p>Um príncipe que não era desprovido nem de eloquência, nem de instrução e que se havia consagrado com pertinácia aos estudos liberais.</p> <p>Escreveu ainda uma Defesa de Cícero, deveras erudita;</p> <p>No senado, respondia de forma repetida em grego aos embaixadores, em discursos inteiros. Citava copiosamente os versos de Homero.¹⁸⁴</p>
<p>O USO DESMEDIDO DA FORÇA</p> <p>Sua natureza cruel e sanguinária era evidenciada tanto nas pequenas como nas grandes coisas.¹⁸⁵</p>	<p>JUSTIÇA</p> <p>No consulado quanto fora dele exerceu a justiça sempre com muito zelo.</p> <p>Não seguiu as leis a risca, porém, regulou a severidade ou a doçura das</p>

¹⁸² SÊNECA. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992. III, 1.

¹⁸³ SUETONIO. **Claudius**. In: *Vidas de los doce Césares*: Editorial Gredos, Madri, 1992.

¹⁸⁴ SUETONIO. **Claudius**. In: *Vidas de los doce Césares*: Editorial Gredos, Madri, 1992.

¹⁸⁵ SUETONIO. **Claudius**. In: *Vidas de los doce Césares*: Editorial Gredos, Madri, 1992

	penas pelo bem e pela justiça, de acordo com seus sentimentos pessoais. ¹⁸⁶
<p>A INJUSTIÇA COM ADVERSÁRIOS</p> <p>Mandando matar duas Júlias, minhas sobrinhas, uma por ferro, outra por fome; e depois um sobrinho, Lúcio Silano, Júpiter, veja se Silano não estava do lado da razão: ao menos, conforme a justiça, estava do teu lado. Condenou à morte o genro Silano: por quê? Porque, tendo uma irmã, a mais linda moça do mundo, que todos chamavam Vênus, ele preferiu chamá-la Juno! Dize-me, ó divo Cláudio, por que todos os que mandaste matar, os condenaste sem processo nem defesa?¹⁸⁷</p>	<p>SABEDORIA</p> <p>Diéspiter formulou assim a sua proposta: Considerando que o divo Cláudio é consanguíneo do divo Augusto, e também da diva Augusta sua avó, que ele quis divinizada; considerando que ele supera de muito em sabedoria a todos os mortais e que pelo público interesse deve existir alguém em condição de 'comer nabos fervidos' com Rômulo; proponho que, desde hoje, o divo Cláudio seja uma divindade com todos os direitos.¹⁸⁸</p>
<p>ASSASSINATOS</p> <p>Augusto disse: Este sujeito, ó senadores, que vos parece incapaz de maltratar um mosquito, matara os homens com a mesma facilidade com a qual um cão levanta a pata. Então Pédon Pompeu lhe grita: — Que</p>	<p>POPULARIDADE</p> <p>Em pouco tempo conquistou de tal maneira o amor e o favor do público que, ao anunciar-se, depois de sua partida para Óstia, eu ele perecera em uma emboscada, o povo deveras consternado, não cessou de amaldiçoar</p>

¹⁸⁶ SUETONIO. **Claudius**. In: Vidas de los doce Césares: Editorial Gredos, Madri, 1992

¹⁸⁷ SÊNECA. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992. X, 4.

¹⁸⁸ SÊNECA. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992.

<p>dizes, monstro cruel? De que maneira? Quem podia enviar-nos aqui, senão tu, o assassino de todos os amigos? Tu mataste Messalina; Cláudio também o genro; Matou Crasso, Magno e Escribônia;¹⁸⁹</p>	<p>os soldados, classificados de traidores, tachados de parricidas;¹⁹⁰</p>
<p>AUSÊNCIA DE ETIQUETA O que é certo é que ele sempre sujou em qualquer lugar.¹⁹¹</p>	<p>ADMINISTRADOR Esteve sempre preocupado, e com muita solicitude, com a cidade e seu abastecimento.¹⁹²</p>
<p>PROBLEMAS FÍSICOS Não deve ter boas intenções, pois abana continuamente a cabeça; e coxeia do pé direito. Hércules, à primeira vista, sentiu grande medo, como se ainda não tivesse</p>	<p>APARÊNCIA Era de corpo delgado e bem feito, porém não magro. Possuidor de uma bela fisionomia e belos cabelos brancos.¹⁹⁴</p>

¹⁸⁹ SÊNECA. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992.

¹⁹⁰ SUETONIO. **Claudius**. In: *Vidas de los doce Césares*: Editorial Gredos, Madri, 1992.

¹⁹¹ SÊNECA. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992. V, 2,3.

¹⁹² SUETONIO. **Claudius**. In: *Vidas de los doce Césares*: Editorial Gredos, Madri, 1992.

¹⁹⁴ SUETONIO. **Claudius**. In: *Vidas de los doce Césares*: Editorial Gredos, Madri, 1992

<p>acabado de lutar contra os monstros. De fato, logo que viu aquele focinho nunca visto, aquele modo de andar tão esquisito, e ouviu aquela voz rouca e inarticulada, que não era de animal terrestre, mas parecia-se com a dos monstros marinhos.</p> <p>Vós quereis fazer deste sujeito um deus? Ele tem tal físico, que parece ter nascido para enfurecer os deuses.¹⁹³</p>	
<p>SUBSERVIENTE</p> <p>Príncipe tão fraco como Cláudio, que era escravo de seus escravos.¹⁹⁵</p>	<p>ORGANIZAÇÃO MILITAR</p> <p>Fez uma melhora considerável na organização militar dos cavaleiros, dando-lhes um esquadrão depois da corte e o tribunato de legião depois do esquadrão.¹⁹⁶</p>
<p>BAJULADO</p> <p>Uma pessoa, a qual até agora viu tantos milhares de aduladores ao seu redor.</p> <p>Mas Cláudio, vendo um adversário tão maciço, deixa de lado a conversa fiada, compreendendo que, se em Roma ninguém podia vencê-lo, ao contrário, ali</p>	<p>CAPACIDADE INTERPESSOAL</p> <p>Não há ninguém melhor do que ele para ocupar este papel de consolar; se ele fala, as suas palavras terão um outro peso, como se envolvidas por um oráculo: a sua divina autoridade esmagará toda a força de tua dor.¹⁹⁸</p>

¹⁹³ SÊNECA. **A Apocoloquiose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992.

¹⁹⁵ PLUTARCO. *As vidas dos homens ilustres*. Tradução A. Allegre. São Paulo: Editora das Américas, Edição Francesa de 1819. Tomo 12º. IX e X.

¹⁹⁶ SUETONIO. **Claudius**. In: *Vidas de los doce Césares*: Editorial Gredos, Madri, 1992

<p>não gozava do mesmo privilégio: um galo é dono só na sua estrumeira.¹⁹⁷</p>	
<p>INCOMPETÊNCIA</p> <p>Nele há alguma coisa do Deus estóico, pois não tem coração nem cabeça.</p> <p>Não sabe o que acontece no seu tálamo; Vós quereis fazer deste sujeito um deus? Se ele proferir três palavras, uma depois da outra, tornar-me-ei seu escravo. Um deus, e quem poderá adorá-lo? Quem terá confiança nele? Se criardes deuses como este, ninguém acreditará que vós mesmos sois deuses</p> <p>199</p>	

¹⁹⁸ SÊNECA. **Consolação a Políbio**. Tradução Cleonice F. M. Van Raij. Campinas: Editora Pontes, 1992. P. 114

¹⁹⁷ SÊNECA. **A Apocoloquiose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992. III, 4 / VII, 3.

¹⁹⁹ SÊNECA. **A Apocoloquiose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992. VII, 1 / XI, 3, 4.

REFERÊNCIAS

FONTES

AUGUSTO. **Res Gestae (Hechos del divino Augusto)** Tradução: Prof. Dr. G. Fatás. Universidad de Zaragoza.

PLINIO, o moço. **Letre / Pline, de Jeune**. Paris: Lês Belles Letres, 1927.

PLUTARCO. **As vidas dos homens ilustres**. Tradução A. Allegre. São Paulo: Editora das Américas, Edição Francesa de 1819. Tomo 12º. IX e X.

SUETONIO. **Vidas de los doce Césares**: Editorial Gredos, Madri, 1992.

SÊNECA. **A Apocoloquintose do Divino Cláudio**. Tradução: Giulio Davide Leoni. Campinas: Editora Pontes, 1992.

SÊNECA. **Cartas a Lucílio**. Tradução, prefácio e notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

SÊNECA. **Consolação a Políbio**. Tradução Cleonice F. M. Van Raij. Campinas: Editora Pontes, 1992.

SENECA, Lucius. **Tratado sobre a Clemência**. Introdução, tradução e notas de Ingeborg Braren. Petrópolis: Vozes, 1990.

TÁCITO. **Analles**. Tradução: José Moralejo. Editorial Gredos, Madri, 1992.

BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Jean-Marie, HUS, Alain. **L'histoire à Rome. Historiens et biographes dans la littérature latine**. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

AYMARD, André e AUBOYER, Jeannine. **Roma e seu império**. In História Geral das Civilizações. Tomo II, São Paulo, 1974.

BICKERMAN, E. Consecratio. In: **Le Culte des Souverains dans l'Empire Romain**. Genève: Fondation Hardt, 1973.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, 1990.

CAETANO, Coracy. A história como ciência humana. In:_____ **Introdução às ciências sociais**. Campinas: Papirus, 1987. p. 3-8

CONTE, Gian Biagio; Solodow, Joseph. **Latin literature: a history**. JHU Press, 1994.

EHRHARDT, M. **Vir Virtutis: A construção do príncipe perfeito nos escritos de Lucius Sêneca**. Dissertação de Mestrado. UFPR: Curitiba, 2001.

EHRHARDT, Marcos. **O arquiteto do social: sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do principado a partir da *historia magistra vitae***. Tese de Doutorado. UFPR: Curitiba, 2008

FINLEY, Moses. **A política no mundo antigo**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1985.

FRIGHETTO, Renan. **Algumas considerações sobre o poder político na Antiguidade Clássica e na Antiguidade Tardia**. Buenos Aires, 2004.

FRIGHETTO, Renan. **“Imperium et orbis” conceitos e definições a partir das fontes tardo-antigas**. In: Facetas do Império na História. Curitiba: Editora Hucitec, 2008.

GERVÁS, Manuel J. Rodríguez. **Propaganda Política y Opinión Pública em los Panegíricos del Bajo Imperio**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha. Quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

GINZBURG, C. **Olhos de madeira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GIUA, Maria Antonietta. **Storiografia, informazione política, costruzione della memória. Il caso del processo pisoniano (20 d.C.)**. In:_____ Revista Semanas de Estudios Romanos, volume XII. Instituto de história da Universidad Católica de Valparaiso, 2004.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **Septímio Severo e a Consecratio de Pertinax** In: HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 26, n. 1, 2007.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **Cidadania e exílio na obra “Consolação a minha mãe Hélvia” de Sêneca**. Phônix: Sette Letras, 1998.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. **As festas romanas**. Revista de Estudos do Norte Goiano Vol. 1, nº 1, ano 2008,

GONÇALVES, Ana Teresa Marques, MESQUITA, Fabrício Dias Gusmão Di. **Atividade Epistolar no Mundo Antigo: relendo as cartas consolatórias de Sêneca**. In: História R., Goiânia, v. 15, n. 1, p. 31-53, jan./jun. 2010

GRAMMATICO, Giuseppina. **Silêncio y furor em La apokolokynthosis de Sêneca**. In: _____ Revista Semanas de Estudios Romanos, volume IX. Instituto de história da Universidad Católica de Valparaíso, 1989.

HARVEY, P. **Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina**. Trad. Mario da G. Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1987.

HERVÁS, José M. Roldán. **La República Romana**. In: História de Roma I. 4ª edição. Cátedra, Historia. Serie Mayor.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. **“Uso y abuso de la normativa constitucional en la República tardía: El “senatus consultum ultimum” y los “imperia extra ordinem”**. In: Studia Historica. Madrid: vol IV-V n. 1, 1986-87.

JENKINS, K. “O que é a história”. In: _____ **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2004.

LETTA, Cesare. **El emperador Claudio, autor de epigramas em um pasaje de Suetônio**. Intus-Legere Historia. Universidade Adolfo Ibanez, Chile, 2007.

LÉVÊQUE, Pierre. **Impérios e barbáries do século III a.C. ao século I d.C.** Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1979.

LINTOTT, A. **The Cambridge Ancient History**. Cambridge University Press. Second Edition Volume X.

LOPES, Marcos. **O político na modernidade**. São Paulo: edições Loyola, 1998.

LOZANO, Arminda. **La religiosidad griega em época helenística**. In: História. Questões e debates. Curitiba: UFPR, 2000. Ano 17, nº 33.

MARROU, Henri-Irenée. **História da Educação na Antiguidade**. São Paulo: EPU, 1990.

MENDES, Norma Musco. **O sistema Político do Principado**. In Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural/ Gilvan Ventura da

Silva; Norma Mendes Musco (organizadores). Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006.

MOMIGLIANO, A. **De Paganos, Judíos y Cristianos**. México: FCE, 1992.

MORALEJO, José. **Introducción**. In: Anales: Editorial Gredos, Madri, 1979.

NICOLET, Claude. **O cidadão e o político**. In: _____ O homem romano: Editorial Presença, 1990.

ÔMENA, Luciana Munhoz. **A Apocolocyntoses de Sêneca. Uma alusão à troca de favores em Roma**. História Revista: 10, São Paulo, 2005.

PARATORE, Ettore. **A história da literatura latina**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

ROSTOVTZEFF, M. **História de Roma**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967.

RUGGIERO Romano (Org). **História e Memória**. Enciclopédia Einaud Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1ª edição, 1984. Volume 1.

SCHEID J. **O Sacerdote**. In: O Homem Romano. Editorial Presença, 1990

SCHEID, J. **Contraria Facere: Renversements et Déplacements dans les Rites Funéraires**. In : Annali del Seminario di Studi del Mondo Classico. Napoli, 6: 117-208, 1984.

STADLER, Thiago David. **Amizade e virtudes na construção de uma imagem ideal, encontradas no epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e o Imperador Trajano (98 d.C.-117 d.C)**. Monografia para Conclusão do Curso de graduação em História. Curitiba, UFPR, 2007.

VERGER, ANTONIO. **Introducción general**. In: _____ **Vidas de los doce Césares**: Editorial Credos, Madri, 1992.

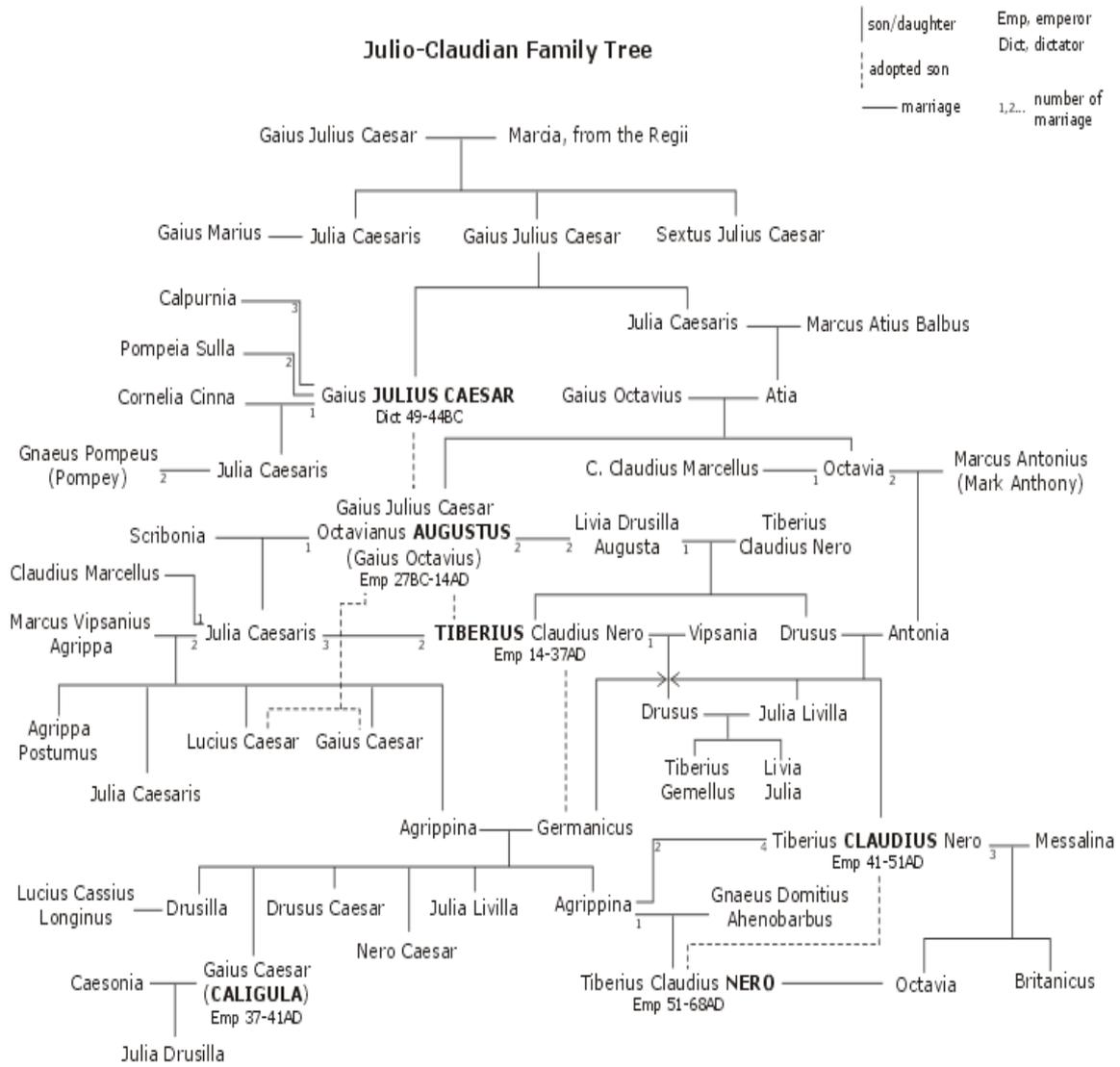
VEYNE, Paul. **Sexo e poder em Roma**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008

ANEXO 1
Fronteiras romanas e cartaginesas



Extraído em: <http://www.portalplanetasedna.com.ar/punicas.htm>

ANEXO 3
Dinastia Julio-Claudiana



Extraído em: <http://leonafriano.blogspot.com>

ANEXO 4
Fronteiras da Roma republicana

